

**LOGOS UNIVERSITY INTERNATIONAL**  
**DEPARTAMENTO PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU**  
**MESTRADO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO**

**SOLANGE APARECIDA PINTO NUNES**

**A CRIANÇA AUTISTA NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA:  
UMA ANÁLISE SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR E A PRÁTICA PEDAGÓGICA**

**MIAMI, FLÓRIDA**

**2021**

SOLANGE APARECIDA PINTO NUNES

**A CRIANÇA AUTISTA NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA:  
UMA ANÁLISE SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR E A PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Logos University International como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador Prof. Dr. Eduardo Fofonca

**MIAMI, FLÓRIDA**

**2021**

## FICHA CATALOGRÁFICA

N922c Nunes, Solange Aparecida Pinto.  
A criança autista na escola contemporânea: uma análise sobre a inclusão escolar e a prática pedagógica / Solange Aparecida Pinto Nunes. – Miami, Flórida, EUA: [s. n.], 2021.  
112 p. : il.

Orientador: Eduardo Fofonca.  
Dissertação (mestrado) - Logos University International, Departamento de Pós Graduação Stricto Sensu, Mestrado Internacional em Educação.

1. Autismo. 2. Inclusão escolar de criança autista.  
3. Formação especializada do professor. I. Fofonca, Eduardo. II. Título. III.

Solange Aparecida Pinto Nunes  
**A criança autista na escola contemporânea:  
uma análise sobre a inclusão escolar e a prática pedagógica**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Eduardo Fofonca – Orientador e Presidente  
Logos University International, LUI, EUA

Profa. Dra. Eveline Ignácio da Silva – Componente interno  
Logos University International, LUI, EUA

Profa. Dra. Selma Martinez Simões Rodrigues de Lara – Componente externo  
Universidade Paulista, UNIP, BR

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Educação.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Prof. Dr. Eduardo Fofonca  
Orientador e Presidente

Miami, 2021

## RESUMO

A inclusão do aluno autista em escola regular é uma condição essencial para a educação e a cidadania desse estudante, oportunizando a ele aprendizados que o conduza à superação das suas dificuldades comportamentais. Contudo, no ambiente escolar, a educação inclusiva de crianças autistas está distante de ser efetiva devido a inúmeros desafios que carecem de melhor compreensão para o seu enfrentamento. Com isso, esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de analisar os desafios enfrentados na prática pedagógica com alunos autistas, segundo a perspectiva da inclusão escolar. O método adotado foi a pesquisa qualitativa realizada por meio de um roteiro de perguntas. Os sujeitos foram professores da Educação básica de uma escola da cidade de Osasco/SP. Como referencial teórico para embasar a pesquisa sobre conceitos e definições sobre o autismo e inclusão escolar usou-se os documentos: DSM-5 – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais; Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Declaração de Salamanca (1994); Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Política Nacional de Educação Especial (1994); Lei nº 9.394 (1996) que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001); Decreto nº 3.956 (2001) que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência; Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (2008); Resolução nº 04 de Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica - modalidade Educação especial (2009); e Lei nº 12.764 (2012) que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA – Transtorno do Espectro Autista. Como revisão de literatura, abordou-se os autores: Amaral et al. (2014); Ainscow (2009); Barbosa, Fumes (2012); Baron-Cohen (1990); Benitez, Domeniconi (2015); Bianchi (2017); Carvalho (2000, 2014); Cavaco (2014); Chiote (2013); Cunha (2012; 2014; 2016); Gauderer (1997); Hansel (2014); Kubaski (2014); Marques (1998); Mantoan (2003; 2015); Mello (2001); Sulkes (2018), (2015); Orrú (2011; 2012); Pacheco (2007); Pereira (1996); Pires (2006); Sapon Shevin (1999); Sasaki (1998); Schwartzman (2010); Silva (2012); Stainback, Stainback (1999); Tamanaha, Perissinoto, Chari (2008); Teixeira (2015) e Weizenmann (2020). Os resultados apontaram os desafios: distanciamento entre os regulamentos da inclusão escolar e as suas vertentes práticas nas escolas; desconhecimento sobre o autismo pela comunidade escolar, especialmente pelos professores; falta de apoio da gestão da escola e de professores na inclusão escolar; carência de recursos materiais e falta de formação especializada. Esta investigação científica contribuiu com novas reflexões que podem ser subsídios para novos projetos, que sejam mais bem direcionados às realidades escolares e às particularidades do estudante autista.

**Palavras-chave:** Autismo, inclusão escolar de criança autista, formação especializada do professor

## ABSTRACT

The inclusion of the autistic student in a regular school is an essential condition for the education and citizenship of this student, possibiliting learning and overcoming behavioral difficulties. However, in the school environment, inclusive education for autistic children is far from being effective due to innumerable challenges. With this, this investigation was developed with the objective of analyzing the challenges faced in the pedagogical practice with autistic students, according to the perspective of school inclusion. The method adopted was qualitative research applied through a questionnaire. The subjects were teachers of basic education at a school in the city of Osasco/SP. As a theoretical framework to support research on concepts and definitions about autism and school inclusion, the documents: Diagnostic and statistical manual of mental disorders; Declaration of Human Rights (1948); Salamanca Declaration (1994); Constitution of the Federative Republic of Brazil (1988); Special education national policy (1994); Law n°. 9.394 (1996) which establishes the guidelines and bases for national education; National guidelines for Special education in Basic education (2001); Decree n°. 3.956 (2001) that promulgates the Inter-American Convention for the elimination of all forms of discrimination against persons with disabilities; Special education national policy under the perspective of inclusive education (2008); Resolution n° 04 about guidelines for specialized educational assistance in Basic Education - Special education modality (2009); and Law n° 12.764 (2012) that institutes the national policy for the protection of the rights of the person with Autism Spectrum Disorder. As a literature review: Amaral et al. (2014); Ainscow (2009); Barbosa, Fumes (2012); Baron-Cohen (1990); Benitex, Domeniconi (2015); Bianchi (2017); Carvalho (2000, 2014); Cavaco (2014); Chiote (2013); Cunha (2012; 2014; 2016); Gauderer (1997); Hansel (2014); Kubaski (2014); Marques (1998); Mantoan (2003; 2015); Mello (2001); Menali (2015); Orrú (2011; 2012); Pacheco (2007); Pereira (1996); Pires (2006); Sapon Shevin (1999); Sasaki (1998); Schwartzman (2010); Silva (2012); Stainback, Stainback (1999); Sulkes (2018), Tamanaha, Perissinoto, Chari (2008); Teixeira (2015); and Weizenmann (2020). The results pointed to distance between the school inclusion regulations and their practical aspects in schools; absence of knowledge about autism by school community, especially by teachers; absence of support from school management and teachers in school inclusion; absence of material resources; and non-existence of specialized training in special education. These scientific results contributes with new reflections and discussions that can be used in new ways, focused on reality school and the particularities of the autistic student.

**Keyword:** Autism, school inclusion of autistic child, specialized teacher training

Poema de Benjamin Giroux

*“Eu sou estranho, eu sou novo.*

*Eu me pergunto se você também é.*

*Eu ouço vozes no ar.*

*Eu sei que você não, e isso não é justo.*

*Eu quero não me sentir triste.*

*Eu sou estranho, eu sou novo.*

*Eu finjo que você também é.*

*Eu me sinto como um garoto no espaço sideral.*

*Eu toco as estrelas e me sinto fora do lugar.*

*Eu me preocupo com o que os outros possam pensar.*

*Eu choro quando as pessoas riem, isso me faz encolher.*

*Eu sou estranho, eu sou novo.*

*Eu entendo agora que você também é.*

*Eu digo "me sinto como um náufrago"*

*Eu sonho com um dia em que isso esteja bem*

*Eu tento me encaixar*

*Eu espero que algum dia eu consiga*

*Eu sou estranho, eu sou novo”.*

Benjamin Giroux, criança autista, 10 anos, Revista Crescer

## AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas a quem devo agradecimentos nesta trajetória.

Agradeço a Deus, acima de tudo, por ser bondoso em minha vida até o presente momento. E carinhosamente a cada um que contribuiu para o meu crescimento pessoal, profissional e acadêmico.

Ao meu esposo, Emerson, pelo apoio e carinho em todos os momentos, principalmente por ter sido paciente diante das minhas preocupações e inseguranças, entender as minhas ausências e comemorar cada conquista comigo, repetindo sempre: Você consegue, vai dar tudo certo!

Às minhas riquezas, que são meus filhos Guilherme, Giovana e Gustavo, que entenderam os meus dias atribulados e sempre estiveram ao meu lado me apoiando nos momentos mais difíceis.

Ao meu orientador e presidente da banca, Prof. Dr. Eduardo Fofonca, por ter acreditado em mim, pelos ensinamentos, pela amizade, por ter compartilhado os saberes, muito obrigada por ter sido a minha inspiração nesta jornada.

Às professoras da banca examinadora, Profas. Dras. Eveline Ignácio da Silva e Selma Martinez Simões Rodrigues de Lara, pelo tempo dedicado e apontamentos realizados que certamente qualificaram esta dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Logos University International, dedico um agradecimento especial aos professores que tornaram os encontros proveitosos e essenciais.

Aos colegas do grupo de pesquisa, pelo compartilhamento de saberes, pelas sugestões e pelas vivências, muito obrigada pelo apoio, carinho e momentos de descontração em meio a tantos compromissos.

Deus abençoe a todos vocês e que retribuam em bênçãos na vida de cada um.

Um enorme abraço!!!

## **LISTA DE SIGLAS**

- ABA – Análise Comportamental Aplicada
- AEE – Atendimento Educacional Especializado
- APA – American Psychiatric Association
- APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- ARIL – Associação de Reabilitação Infantil Limeirense
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- HTPC – Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo
- MOVA – Movimento de Alfabetização para Adultos
- MS – Ministério da Saúde
- NEE – Necessidades Educacionais Especiais
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PDI – Professor de Desenvolvimento Infantil
- PECS – Sistema de Comunicação por Troca de Figuras
- PNEE – Política Nacional de Educação Especial
- PPP – Projeto Político-Pedagógico
- Protocolo TEA – Protocolo do Estado de São Paulo de Diagnóstico, Tratamento e Encaminhamento de Pacientes com Transtorno do Espectro Autista
- SE – Secretaria da Educação
- SRMF – Sala de Recursos Multifuncionais
- TEA – Transtorno do Espectro Autista
- TEACCH – Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits relacionados com a Comunicação
- TGD – Transtornos Globais ou Invasivos do Desenvolvimento
- UE – Unidade Escolar
- UNIP – Universidade Paulista

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- O pensamento do autista.....	28
Quadro 2 - Sinais e sintomas de risco para o TEA .....	30
Quadro 3 - Instrumentos regulatórios da inclusão escolar no Brasil .....	43
Quadro 4 - Informações levantadas pelo instrumento de coleta de dados .....	51
Quadro 5 - Tempo de experiência em educação.....	52
Quadro 6 - Conhecimento sobre o autismo .....	53
Quadro 7 - Cite alguns sintomas que caracterizam a criança autista.....	54
Quadro 8 - Já teve aluno autista em sala de aula? .....	55
Quadro 9 - Dificuldades enfrentadas na prática pedagógica com o aluno autista.....	56
Quadro 10 - Existe programa de formação em educação especial no seu município? ...	57
Quadro 11 - Possui formação em AEE? .....	57
Quadro 12 - O que é inclusão escolar? .....	58
Quadro 13 - Parceria com as famílias .....	59
Quadro 14 - Quadro referencial.....	60

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Solange aos 9 anos de idade .....	17
Figura 2 - Critérios para diagnóstico do autismo.....	31
Figura 3 - Tempo de experiência em educação .....	53
Figura 4 - Já teve aluno autista? .....	55

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	14
1.1 Apresentação pessoal e percurso pedagógico .....	17
1.2 Problema de pesquisa .....	21
1.3 Objetivos.....	24
1.3.1 Objetivo geral .....	24
1.3.2 Objetivos específicos.....	24
1.4 Abordagem metodológica.....	24
CAPITULO I .....	25
O QUE A MEDICINA E A EDUCAÇÃO DIZEM SOBRE O AUTISMO.....	25
1.1 O Autismo segundo a medicina e áreas relacionadas.....	26
1.2 Inclusão escolar de alunos autistas: uma perspectiva da educação.....	35
CAPÍTULO II.....	42
MARCOS REGULATÓRIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO .....	42
2.1 Inclusão escolar: marcos regulatórios .....	42
2.2 Atendimento Educacional Especializado (AEE) .....	46
CAPITULO III.....	49
PERCURSOS CIENTÍFICOS DA PESQUISA .....	49
3.1 Caminhos para a pesquisa.....	49
3.2 Delineamento da pesquisa .....	50
3.2.1 Contexto da Pesquisa .....	50
3.2.2 Sujeitos da Pesquisa.....	50
3.2.3 Instrumento de coleta de dados .....	51
3.2.4 Procedimento de coleta de dados .....	51
CAPITULO IV .....	52
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....	52
4.1 Primeiro procedimento de análise .....	52
4.2 Segundo procedimento de análise .....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	62
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICES .....	72

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	72
Roteiro de perguntas .....	74
Respostas .....	75

## 1 INTRODUÇÃO

*“Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.”*

Maria Teresa Eglér Mantoan, 2003.

Esta introdução tem início com um breve relato da vida da autora, contendo descrições sobre os seus percalços e percursos que a constituíram mulher e professora. O relato é apresentado na primeira pessoa do singular e consiste numa narrativa pessoal da autora com a intenção de apresentar-se ao leitor, ao mesmo tempo em que descreve as suas motivações pessoais e profissionais para a realização desta pesquisa. Em seguida, apresenta-se a justificativa, os objetivos, a problemática de pesquisa e a metodologia.

O trabalho desenvolvido buscou analisar os desafios do professor da educação básica nos processos de ensino e aprendizagem do aluno autista e da inclusão escolar dessa criança em escola regular.

O referencial teórico, que embasou a pesquisa sobre conceitos e definições sobre o autismo e a inclusão escolar, foi constituído a partir de documentos, legislações e estudos referenciais.

Em relação aos documentos e legislações: DSM-5 – Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais; Declaração universal dos direitos humanos (1948); Declaração de Salamanca (1994); Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Política Nacional de Educação Especial (1994); Lei nº 9.394 (1996), que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001); Decreto nº 3.956 (2001), que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); Resolução nº 04 de Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica - Modalidade Educação Especial (2009); e Lei nº 12.764 (2012), que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA – Transtorno do Espectro Autista.

Em relação à revisão de literatura, têm-se os autores: Ainscow (2009); Amaral et al. (2014); Barbosa, Fumes (2012); Baron-Cohen (1990); Benitex, Domeniconi (2015); Bianchi (2017); Carvalho (2000, 2014); Cavaco (2014); Chiote (2013); Cunha (2012; 2014; 2016); Gauderer (1997); Hansel (2014); Kubaski (2014); Marques (1998); Mantoan (2003; 2015); Mello (2001); Menali (2015); Orrú (2011; 2012); Pacheco (2007); Pereira (1996); Pires (2006); Sapon Shevin

(1999); Sasaki (1998); Schwartzman (2010); Silva (2012); Stainback, Stainback (1999); Sulkes (2018), Tamanaha, Perissinoto, Chari (2008); Teixeira (2015); e Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020).

A inclusão do aluno autista em escola regular é essencial para a educação e a cidadania dessa criança, oportunizando a ela aprendizados e experiências que a conduzam à superação das suas dificuldades comportamentais, sobretudo ligadas à interação social e comunicação, e ao alcance da autonomia e independência na realização das suas ações básicas, tanto individuais, quanto coletivas. Contudo, no ambiente escolar, tanto a educação inclusiva quanto a amenização das dificuldades comportamentais encontram barreiras que as impedem de avançar.

Assim, esta investigação científica buscou contribuir com novas discussões e reflexões, de forma a fomentar o desenvolvimento de novos projetos, que sejam mais bem direcionados às realidades escolares e às particularidades do aluno autista.

Nas esferas da educação e da saúde, muitas pesquisas têm sido desenvolvidas; pesquisas em saúde buscam melhor compreender o autismo, o seu diagnóstico e o seu tratamento, enquanto que pesquisas em educação estão inclinadas, a partir da compreensão do autismo, a enfrentar os desafios do ensino e a aprendizagem da criança autista, desde a sua inclusão nas escolas até a sua formação. Assim, nesse ambiente de estudos profícuos e interdisciplinares, é que a presente pesquisa se situa.

Em função da interdisciplinaridade<sup>1</sup>, que une as áreas da educação e da saúde no desafio da melhor compreensão e do tratamento do TEA, ao mesmo tempo em que se busca uma inclusão do aluno autista em escolas regulares, este trabalho constituiu primeiramente uma base referencial bibliográfica em saúde sobre o autismo e, posteriormente, um referencial em educação sobre a inclusão escolar de crianças autistas.

Dessa forma, o desenvolvimento do capítulo 1 – O que a medicina e a educação dizem sobre o autismo – teve como base documentos, legislações, protocolos e estudos referenciais sobre as temáticas envolvidas, constituindo-se num embasamento para as demais abordagens desta pesquisa.

Sabe-se que o acesso à educação em escola regular por alunos autistas é um direito garantido por leis. Portanto, o capítulo 2 – Marcos legais da inclusão escolar e o atendimento educacional especializado – busca resgatar e contextualizar os marcos regulatórios que sistematizam e consolidam tal direito.

---

<sup>1</sup>A interdisciplinaridade é o estabelecimento de relações entre duas ou mais disciplinas ou ramos do conhecimento. HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. Dicionário Houaiss de língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

No tocante à contemplação dos aspectos metodológicos, delineou-se o capítulo 3 – Percursos científicos de pesquisa.

Sobre as análises e as discussões dos resultados, que refletem o alcance dos objetivos inicialmente definidos, tem-se o capítulo 4 – Apresentação e análise dos resultados.

As considerações finais apresentam as reflexões e as discussões sobre os desafios apontados pela pesquisa, ao mesmo tempo em que evidenciam a necessidade de abordagens mais efetivas, direcionadas às realidades escolares e às particularidades do estudante autista.

Espera-se que os resultados aqui obtidos contribuam com novas reflexões e discussões em torno da inclusão escolar, do acesso à educação pela pessoa autista, e da formação especializada do professor.

## 1.1 Apresentação pessoal e percurso pedagógico

*“Se as coisas são inatingíveis, ora! Não é motivo para não querê-las! Que tristes os caminhos se não fora a presença distante das estrelas!”*

Das utopias, Mario Quintana, 1951

**Figura 1 - Solange aos 9 anos de idade**



**Fonte:** Coleção pessoal da autora

Iniciei minha educação formal no ano de 1987 aos 7 anos de idade.

Durante o ensino fundamental, uma professora me marcou muito - a Regina, que tinha um fusca azul. Eu sempre abria o portão da escola para ela. Havia algo de especial naquela professora, mas eu não entendia do que se tratava.

Os anos foram passando e o meu carinho pela professora Regina aumentava cada vez mais. Essa professora tem deficiência física e isso era um estímulo para mim.

Durante minha fase escolar, passei por muitas dificuldades. Tenho origem humilde, o meu pai também tem deficiência física e a minha mãe era muito doente. O meu pai precisou abandonar o emprego para cuidar dos quatro filhos e da minha mãe. Houve dia que não havia com o que nos alimentar. Contudo, o meu pai acreditava que um bem poderia nos deixar – os estudos –, ele desejava que seus filhos estudassem. E eu, ainda criança, sonhava ser uma professora. Deus não nos desamparou e nos ajudou a vencermos as nossas dificuldades. Hoje, sinto orgulho da minha criação.

Na sexta série, todas as professoras pediam para eu passar lições na lousa. Como eu ficava feliz! No entanto, não era fácil, pois colegas de sala davam muita risada pelo fato de eu ser bem pobrezinha e, muitas vezes, ter que usar chinelo com prego.

Embora na minha infância eu não tenha ouvido a expressão *bullying*<sup>2</sup>, acredito que fui vítima disso na escola, porém, eu não me importava, pois era movida por uma motivação que só me fazia olhar para frente.

Em 1996, ao concluir o ensino médio, uma professora recomendou que eu cursasse o magistério. Então, ainda em 1996, realizei o processo seletivo para ingresso no magistério. Fiquei tão feliz ao ser aprovada! No ano de 1997, iniciei a minha formação.

No início da minha formação em magistério, prestei atendimento educacional a uma senhora com deficiência visual. Com isso, descobri um dom pessoal – o de assistir às pessoas com necessidades especiais. Comecei a me dedicar à escrita em Braille<sup>3</sup> para ensinar a dona Fátima. De repente, estava dentro de uma sala de aula lecionando para jovens e adultos no programa chamado MOVA (Movimento de Alfabetização para Adultos).

No mesmo ano, em 1997, conheci o meu atual esposo. Durante uma conversa, ele me contou que o pai dele não tinha estudos e desejava se alfabetizar. Alfabetizei aquele que se tornaria o meu sogro e outros sete alunos adultos. Todos aqueles com os quais colaborei na alfabetização alcançaram o ensino médio, o que é motivo de muito orgulho para mim.

No ano de 2000, concluí o magistério. Embora eu desejasse cursar a graduação de Pedagogia, logo após a formação em magistério, eu não tinha condição de pagar o curso, pois tinha baixa remuneração na organização em que trabalhava. Nesse período, também engravidei do meu primeiro filho e como a minha gestação era de grande risco, não podia realizar esforços físicos, o que culminou com o meu desligamento do trabalho.

---

<sup>2</sup>*Bullying* é uma palavra que se originou na língua inglesa. “*Bully*” significa “valentão”, e o sufixo “*ing*” representa uma ação contínua. A palavra *bullying* designa um quadro de agressões contínuas, repetitivas, com características de perseguição do agressor contra a vítima, não podendo caracterizar uma agressão isolada, resultante de uma briga. As agressões podem ser de ordem verbal, física e psicológica, comumente acontecendo as três ao mesmo tempo. As vítimas são intimidadas, expostas e ridicularizadas. São chamadas por apelidos vexatórios e sofrem variados quadros de agressão com base em suas características físicas, seus hábitos, sua sexualidade e sua maneira de ser. As vítimas de *bullying* podem sofrer agressões de uma pessoa isolada ou de um grupo. Esse grupo pode atuar apenas como “espectadores inertes” da violência, que indiretamente contribuem para a continuidade da agressão.

BULLYNG. **Brasil Escola-Sociologia**. Disponível em

<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/bullying.htm>. Acesso em: 25 jan. 2021.

<sup>3</sup>Braille é um sistema de leitura e escrita tátil para cegos, ou seja, a leitura com as mãos. São 63 símbolos em relevos e combinações de até seis pontos dispostos em uma célula em duas colunas de três linhas cada. OTSUKA, Daniela. Braille. **InfoEscola**, 2010. Disponível em <https://www.infoescola.com/portugues/braille/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

Em 2001, iniciei a graduação em Pedagogia numa instituição distante de onde eu morava. No entanto, a distância e as dificuldades para pagar a mensalidade e o transporte escolar me obrigaram a desistir daquele curso, mas jamais desistiria do meu sonho.

No ano de 2003, comecei a trabalhar na rede pública do estado de São Paulo, como professora eventual na mesma escola em que terminei os meus estudos. A satisfação profissional era imensa, pois estava trabalhando com as professoras que me incentivaram à formação no magistério. Como eventual, atuei por apenas dois anos naquela escola.

Era necessário que eu me formasse em nível superior para que a minha pontuação profissional aumentasse e, assim, ter uma maior empregabilidade.

Em 2005, nos mudamos de Rio Grande da Serra, uma cidade da região metropolitana da capital paulista, para Limeira, uma cidade do interior do mesmo Estado. Logo em seguida, ingressei na universidade UNIP (Universidade Paulista) para cursar a graduação em Pedagogia, ao mesmo tempo em que me empregava como estagiária naquela instituição para custear as despesas da Faculdade.

Engravidei novamente, da minha segunda filha, e, ao precisar me internar devido a problemas na gestação, mais uma vez tive de trancar o curso.

No ano de 2006, a minha filha nasceu. Perfeita! Graças a Deus!

Após o nascimento da minha filha, por dois anos, me dediquei exclusivamente às minhas crianças.

Em 2008, participei de um processo seletivo para atuar em sala de aula na cidade de Limeira/SP e retomei a graduação em Pedagogia, concluindo-a. Contudo, não me dei por satisfeita, precisava estudar mais e alçar novos voos. Decidi cursar uma pós-graduação em Educação Especial, o que sempre foi uma das minhas paixões profissionais.

Tendo concluído a pós-graduação em Educação Especial, recebi um convite para atuar na APAE de Limeira/SP (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) o que me deixou muito feliz. No entanto, em 2013, alguns profissionais foram dispensados, eu estava entre eles. Fiquei muito triste, pois sempre amei trabalhar com a Educação Especial.

Em 2014, voltei a trabalhar na rede municipal de Limeira/SP, em sala de recurso multifuncional<sup>4</sup>, na ARIL (Associação de Reabilitação Infantil Limeirense), permanecendo por apenas um ano devido ao tempo previsto em contrato de trabalho.

---

<sup>4</sup>Sala de Recursos Multifuncionais (SRMF) são espaços físicos localizados nas escolas públicas onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado – AEE. As SRMF possuem mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento dos alunos que são público alvo da Educação

Em seguida, investi na minha qualificação profissional, sempre com foco na Educação Especial. Realizei cursos, em nível de pós-graduação, com ênfase em deficiência intelectual, arte, autismo e Libras. Obtidas essas qualificações, resolvi descansar um pouco.

No entanto, ainda sem ter descansado completamente, já com o terceiro filho, que na época tinha apenas 2 anos de idade, e atuando na Educação Especial, me interessei por um novo curso de pós-graduação, desta vez em nível de mestrado, conhecido durante uma conversa com uma colega de trabalho que comentou sobre o curso que frequentava e me fez um convite para conhecê-lo.

Tendo avaliado as minhas condições, fui conhecer o curso e decidi participar do processo seletivo para ingresso. Fui aprovada e iniciei a pós-graduação, em nível de mestrado, em Educação Especial.

Até aqui, a minha caminhada não tem sido fácil, muitos foram os desafios encontrados na minha jornada. Contudo, sinto-me feliz e realizada, pois os percursos árduos, que, às vezes, me fizeram chorar, foram os mesmos que me levaram a alcançar vitórias e conquistas, o que tem me tornado uma mulher plena e fortalecida.

Neste momento, reflito sobre a minha vida, pessoal e profissional, e sobre o quanto tenho recebido e oferecido em contrapartida. O meu sentimento é de gratidão, por tudo o que sou!

A oportunidade de cursar este mestrado me proporcionou novos olhares e aprendizados. Como é bom ser relevante e acessível àqueles que, com deficiência, contam com o nosso profissionalismo e apoio.

Desejo que o meu testemunho de vida pessoal e profissional, amalgamado à minha história, possa inspirar novos estudos e realizações, transcendendo à minha pessoa. Sou muito agradecida a Deus, pois Ele sempre está comigo.

---

Especial e que necessitam do AEE no contra turno escolar. A organização e a administração deste espaço são de responsabilidade da gestão escolar e o professor que atua neste serviço educacional deve ter formação para o exercício do magistério de nível básico e conhecimentos específicos de Educação Especial, adquiridos em cursos de aperfeiçoamento e de especialização.

ATENDIMENTO educacional especializado – AEE. **Assistiva-Tecnologia e Educação**. Disponível em <https://www.assistiva.com.br/aee.html>. Acesso em 25 jan. 2021.

## 1.2 Problema de pesquisa

Neste tópico, é apresentada a temática central da pesquisa – desafios da prática pedagógica com alunos autistas na perspectiva da inclusão escolar, bem como a sua problematização no âmbito da investigação científica. Com isso, pretende-se demonstrar a relevância deste trabalho no cenário da educação e da inclusão escolar de crianças autistas.

Esta pesquisa concebe a inclusão escolar como um processo inerente a um conjunto de ações que reflete a concepção de um novo paradigma educacional, mais humanizado, equitativo e de apreço à diversidade. No entanto, esse processo impõe muitos desafios à educação.

Numa abordagem preliminar, destacam-se alguns desafios, como: ruptura com paradigmas educacionais seculares e concepção de outros novos, cumprimento de marcos legais e regulatórios voltados à inclusão escolar, interdisciplinaridade com outras áreas, formação especializada dos professores, conhecimento sobre o perfil do aluno com deficiência, adaptação das estruturas físicas e materiais das escolas, constituição de quadros de recursos humanos especializados, interação social entre alunos, habilidades e competências do professor em sala de aula, e tantos outros. A complexidade desses desafios representa um entrave ao enfrentamento e à superação dos mesmos, seja na esfera da educação ou nos aspectos sociais de forma geral.

Paulo Freire, intelectual brasileiro que dedicou sua vida a uma luta por uma educação transformadora, libertadora e universal em direitos, ainda que não abordasse a inclusão escolar como tema de reflexão, nos legou conhecimentos que corroboram com o sentido desta pesquisa - os seus princípios da denúncia (da educação bancária) e do anúncio (da educação libertadora).

Segundo Freire (2004, p. 69), a educação bancária tem como objetivo realizar uma divisão entre “os que sabem e os que não sabem, entre oprimidos e opressores”, sem espaço para o diálogo e problematização da educação, enquanto que a educação libertadora “funda-se justamente na relação dialógico-dialética entre educador e educando: ambos aprendem juntos”.

[...] Entendemos que o professor irá “depositar” (vem daí a ideia de “bancária”) os conteúdos em suas cabeças, como se fossem recipientes a serem preenchidos. A educação bancária não é libertadora, mas, sim, opressora, pois não busca a conscientização de seus educandos. Quer, na verdade, que corpos de alunos e alunas sejam inconscientes e sujeitos às suas regras. (FREIRE, 2005, p. 68).

Damasceno (2019) afirma que a defesa da Educação Especial em todos os seus preceitos deve ser uma luta por uma pedagogia da libertação<sup>5</sup>, sem exclusão e discriminação, a ser protagonizada pelos sujeitos que fazem parte da comunidade, da escola e dos espaços sociais.

Com isso, acredita-se que a identificação e a compreensão dos desafios em torno da inclusão escolar de estudantes autistas podem ser a denúncia de um sistema falho, constituído distante da realidade escolar, da prática pedagógica dos professores e das necessidades dos estudantes autistas, ao mesmo tempo, em que, à luz da ciência, poderão surgir os anúncios de uma prática pedagógica libertadora, e a partir dela, os prenúncios de educação inclusiva, para todos, e transformadora.

Segundo Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020), “a inclusão de um aluno com TEA implica na necessidade de o professor conhecer e construir primeiramente um vínculo com seus alunos, bem como entender a relação entre eles, para então possibilitar a elaboração de estratégias de ensino em benefício da aprendizagem da turma.” (WEIZENMAMM, PEZZI e ZANON, 2020, p. 3). Para tanto, as habilidades e as competências do professor são fundamentais no momento do acolhimento da criança com deficiência na escola, na interação desta criança com os demais alunos e no ensino e aprendizagem destes alunos, alcançando a todos, tendo ou não deficiências.

Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020), ao abordarem a experiência dos professores em relação à inclusão de alunos com TEA, apontam que os primeiros sentimentos são de medo e insegurança. Porém, após o período de adaptação do aluno e com a construção de vínculos, o medo e a insegurança dão lugar a uma relação afetuosa e a uma prática pedagógica em sala de aula que se estabelece de maneira dinâmica e individualizada, de acordo com a singularidade de cada aluno. Assim, o professor se torna um aliado importante na aprendizagem e na integração do estudante autista, contribuindo para a sua formação educacional e inserção social.

O autismo, conhecido com TEA (Transtorno do Espectro Autista), consiste num transtorno neurológico caracterizado pelo comprometimento da comunicação e da interação social e pelo comportamento restritivo e repetitivo do indivíduo. Normalmente diagnosticado nos primeiros anos de vida, os sintomas do transtorno podem persistir na adolescência e na vida adulta.

---

<sup>5</sup> Termo baseado na “pedagogia do oprimido” do educador Paulo Freire, que propõe uma educação crítica a serviço das transformações sociais, econômicas e políticas para a superação das desigualdades existentes no interior da sociedade. [...] A pedagogia libertadora tem suas origens no movimento da educação popular, no final dos anos 50 e início dos anos 60, quando foi interrompida pelo golpe militar de 1964, e retoma o seu desenvolvimento no final dos anos 70 e início dos anos 80. Nesta proposta, a atividade escolar pauta-se em discussões de temas sociais e políticos e em ações sobre a realidade social imediata; analisa-se os problemas, os fatores determinantes e estrutura-se uma forma de atuação para que se possa transformar a realidade social e política.”

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete pedagogia libertadora. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/pedagogia-libertadora/>. Acesso em 11 abr 2021.

Segundo notícia publicada no Portal da OMS (Organização Mundial da Saúde), a cada 160 crianças nascidas, uma é autista. (OMS, 2017). A organização também chama a atenção para o fato dessas pessoas sofrerem com o estigma social, discriminação e violações dos Direitos Humanos, o que prejudica a formação educacional e a inserção social da pessoa autista.

A ONU (Organização das Nações Unidas), por meio do seu secretário – Guterres, pediu mudança de atitude em relação às pessoas com autismo e que “todos renovem a promessa de não deixar ninguém para trás e assegurar que todos possam contribuir como membros de sociedades ativas e prósperas como estipulado pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.” (GUTERRES, 2017).

Jesus (2015) afirma que as pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista) encontram dificuldades para terem acesso aos seus direitos básicos, como educação, saúde e mercado de trabalho. Segundo a autora, uma tarefa ainda mais difícil é a garantia da aprendizagem das crianças com TEA, ainda que para isso existam orientações regulamentadas.

Diante disso, não basta incluir as pessoas autistas nas escolas e na sociedade, até porque não haverá lugar para elas caso outras questões não sejam enfrentadas. É preciso que seja superada a alienação social a respeito da diversidade de pessoas que compõem uma sociedade, o que coloca para a educação inclusiva a contemplação da vertente da formação daqueles estudantes que não possuem deficiência, constituindo-os cidadãos críticos, reflexivos e conscientes sobre o sentido da universalidade e equidade, formando uma sociedade mais justa e humanizada.

É assim que, com um olhar construído ao longo de uma caminhada pessoal e profissional, com sensibilidade, engajamento, reflexão e crítica e no contexto da inclusão escolar de alunos autistas e dos desafios inerentes a este processo, surgiram a inspiração e a motivação para a realização desta pesquisa.

Segundo Cunha (2012), o autismo “compreende um conjunto de comportamentos agrupados numa tríade principal: comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restrito-repetitivas”. Por conseguinte, as ações de inclusão escolar de crianças autistas devem ser pautadas nas condições desses alunos. Contudo, a realidade cotidiana nas escolas nem sempre permite a adaptação das instalações materiais às necessidades particulares dos autistas e normalmente inexitem professores com a devida qualificação em Educação Especial.

Com isso, surgem os questionamentos:

- As práticas pedagógicas na educação do aluno autista são realizadas à luz da inclusão escolar?
- A inclusão escolar é efetiva no que tange à política nacional de Educação Especial?

- Por que a prática pedagógica e a inclusão escolar de estudantes autistas enfrentam tantos desafios?
- Qual a dificuldade em se fazer cumprir na prática as preconizações das teorias, leis e políticas sobre a Educação Inclusiva de alunos autistas em escola regular?

Assim, a principal problemática desta pesquisa pode ser demonstrada com a questão: “quais são os principais desafios na prática pedagógica com alunos autistas na perspectiva da inclusão escolar e quais os caminhos para a superação?”

### **1.3 Objetivos**

#### **1.3.1 Objetivo geral**

O objetivo geral desta pesquisa pretende:

Analisar os desafios enfrentados na prática pedagógica com alunos autistas, segundo a perspectiva da inclusão escolar.

#### **1.3.2 Objetivos específicos**

Para a pesquisa, também foram definidos objetivos específicos como maneira de detalhar o objetivo geral:

- ✓ Identificar os desafios que dificultam os avanços da inclusão escolar de crianças autistas.
- ✓ Delinear um quadro referencial para a compreensão dos desafios encontrados na prática pedagógica com alunos autistas segundo a perspectiva da inclusão escolar.
- ✓ Refletir sobre os desafios encontrados e sobre possíveis condições de enfrentamento.

### **1.4 Abordagem metodológica**

A presente pesquisa foi realizada a partir de uma metodologia de abordagem qualitativa.

O instrumento de coleta de dados foi um roteiro de perguntas estruturado.

Os sujeitos foram 20 professores da educação básica de uma escola da cidade de Osasco/SP, que possuem, a maioria deles, conhecimento sobre a inclusão escolar e experiência na atuação com alunos autistas.

## CAPITULO I

### O QUE A MEDICINA E A EDUCAÇÃO DIZEM SOBRE O AUTISMO

*“Já fui para a cama a chorar, mas já fui para a cama a rir.  
Senti-me frustrado várias vezes, mas já me senti abençoado e entusiasmado.  
Chateei-me com pequenas coisas, mas delicieei-me com mais de cem.  
Senti-me derrotado em alguns dias, mas reuni mais força no final.  
Senti-me desamparado, mas aprendi muito em contrapartida.  
Nunca conheci um amor tão forte, mas tenho dado o maior de todos.”*  
A alegria do autismo, Asperger-TEA, 2016

O olhar sobre o autismo transita entre diversas áreas, especialmente entre a medicina e a educação, e, por isso, se consiste num olhar interdisciplinar.

Desse modo, profissionais como médicos das especialidades de pediatria, neurologia, psiquiatria e genética; psicólogos; terapeutas; fonoaudiólogos; professores; membros da equipe da escola; etc. compõem o conjunto de profissionais que dedicam cuidados no atendimento das necessidades da criança autista, junto dos seus familiares.

Grandes contribuições sobre o autismo são frutos de trabalhos científicos de proveniências diversas (biologia, genética, neurologia, psicologia, pedagogia, etc.), em favor de uma abordagem complexa, de amplo espectro, que, exercitada na vasta pesquisa etiológica e clínica, assume a ideia compartilhada de que a síndrome se apresenta de forma variada, seja por proveniência etiológica, seja por quadro sindrômico (sintomas primários, secundários, derivados e falsos sintomas). (GIACONI; RODRIGUES, 2014, p. 687).

A prática pedagógica com o aluno autista exige um conhecimento preliminar sobre o TEA e sobre o perfil da pessoa autista. Com isso, fez-se necessário resgatar alguns conceitos abordados pela medicina e por outras áreas a ela relacionadas e refletir sobre como a educação se insere neste contexto.

Assim, neste capítulo, são abordadas algumas concepções da medicina sobre o TEA e o indivíduo autista, embasando a inclusão escolar desse aluno.

## 1.1 O Autismo segundo a medicina e áreas relacionadas

*“Sentido sinto sem sentir, sigo sentindo sempre sua sensação. Sinto sonidos secretos, som sinuoso, sincero silêncio, sinto sentir. Surreal, sal, sentido, sabor, sorrir. Sonho secreto senti. Sofrimento, solidão, sólida sensação. Sinto sem sentir.”*

Sentido, Pedro de Lucena, 2018

Esta parte consiste numa abordagem do autismo segundo as definições da medicina e de outras áreas relacionadas. Compreende uma visão histórica sobre o transtorno, as variáveis comportamentais sintomáticas do autista, os desafios do diagnóstico e as opções metodológicas de tratamento. Entretanto, não se pretende um aprofundamento nas discussões sobre o autismo na perspectiva médica.

Baseia-se nas instituições APA (American Psychiatric Association) e MS (Ministério da Saúde) e nos autores Bianchi (2017), Carvalho (2014), Cunha (2012), Gauderer (1997), Menali (2015), Pereira (1996), Sulkes (2018), e Tamahana, Perissinoto e Chiari (2008).

Conforme Gauderer (1997), o termo autismo foi usado pela primeira vez, em 1906, pelo médico psiquiatra Plouller para se referir a uma condição de perda do contato com a realidade dentro do quadro clínico da esquizofrenia. No entanto, foi Bleuler, em 1911, o pioneiro na disseminação do autismo como perda de contato com a realidade, causada pela impossibilidade ou grande dificuldade na comunicação interpessoal.

Segundo Cunha (2012), a palavra autismo foi introduzida com a finalidade da descrição da fuga da realidade e do retraimento interior dos pacientes acometidos pela esquizofrenia, cujos sintomas mais comuns são alterações específicas do pensamento, da percepção sensorial, do comportamento e do afeto; um ou mais sintomas podem estar presentes em uma pessoa com esquizofrenia.

Conforme consta em “Autismo: orientação para pais”, uma cartilha elaborada pelo Ministério da Saúde em parceria com a Casa do Autista (2000), foram os médicos Leo Kanner e Hans Asperger que introduziram as abordagens contemporâneas sobre o autismo.

Segundo Pereira (1996), no ano de 1943 a perspectiva científica do autismo foi inaugurada com a publicação de Leo Kanner “*Autistic disturbances: of affective contact*” que caracterizava os comportamentos das crianças que revelavam atitudes diferentes das chamadas habituais.

Em 1944, Hans Asperger introduziu a psicopatia autística cujo principal sintoma consistia num transtorno severo na interação social, visto apenas no sexo masculino. O diagnóstico envolvia

a descrição de casos clínicos, o histórico familiar, os aspectos comportamentais e físicos e os testes envolvendo a inteligência e a preocupação educacional.

Segundo o médico Schwartzman (2010), os números de casos de autismos têm aumentado em várias partes do mundo e a maior incidência é em crianças do sexo masculino, sendo que, provavelmente, fatores genéticos e ambientes exercem influências sobre esses quadros.

As mais recentes estatísticas, realizadas em várias partes do mundo, referem prevalência dos TGD<sup>6</sup> como sendo de 1/160 indivíduos, número muito superior aos citados em décadas anteriores e que suscitou a hipótese de que estaríamos vivendo uma epidemia de autismo. A mais provável explicação para este aumento no número de pessoas identificadas é o maior reconhecimento dessa condição e, acima de tudo, a maior abrangência do conceito dos TGD. Outro dado relevante é que os TGD afetam mais os meninos na proporção de 4 meninos para 1 menina. Sabemos hoje que a causa dos quadros dos TGD é multifatorial dependendo de fatores genéticos e ambientais. (SCHWARTZMAN, 2010<sup>7</sup>).

Em 1949, Leo Kanner definiu o autismo infantil como uma dificuldade profunda no contato com pessoas, um desejo obsessivo de preservar as coisas e as situações, uma ligação especial aos objetos e a presença de uma fisionomia inteligente, além das alterações de linguagem que se estendiam do mutismo a uma linguagem sem função condicional, revelando inversão pronominal, neologismos e metáforas.

O autismo infantil foi definido por Kanner, em 1943, sendo inicialmente denominado distúrbio autístico do contrato afetivo, como a condição com características comportamentais bastante específicas, tais como: perturbações das relações afetivas com o meio, solidão autística extrema, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico aparentemente normal, comportamentos ritualísticos, início precoce e incidência predominante no sexo masculino. (TAMAHANA, PERISSINOTO E CHIARI, 2008, p. 296).

Em 1960, com a criação da *Medical Research Council's Developmental Psychology Unit*, as pesquisas sobre o autismo foram impulsionadas, especialmente sobre os métodos analíticos comportamentais.

Desde a sua origem, o autismo tem sido associado a outras síndromes ou a doenças mentais, como a esquizofrenia. Assim, historicamente, tem-se buscado criar terminologias que englobem o conjunto desses transtornos e doenças. Entretanto, devido às especificidades de cada problema, alterações se fizeram necessárias. Hoje, conforme consta no Manual de Saúde Mental (DSM-5), o autismo integra o TEA (Transtornos do Espectro Autista).

Sulkes (2018) define TEA como distúrbios do neurodesenvolvimento caracterizado por deficiente interação e comunicação social, padrões estereotipados e repetitivos de comportamento

---

<sup>6</sup> TGD - Transtornos Globais ou Invasivos do Desenvolvimento

<sup>7</sup> Disponível em <https://www.revistaautismo.com.br/numero/000/autismo-e-outros-transtornos-do-espectro-autista/>

e desenvolvimento intelectual irregular, frequentemente com retardo mental. O autor também apresenta o problema fundamental do espectro do transtorno do autismo – a cegueira mental.

De acordo com Sulkes (2018), a cegueira mental se refere à falta de habilidade do autista em imaginar o que a outra pessoa possa estar pensando e às interações anômalas, que, por sua vez, levam ao desenvolvimento anormal da linguagem.

Conforme consta no relatório anual (2014) da APA, as características do TEA envolvem prejuízos persistentes na comunicação e interação social e atitudes comportamentais que podem incluir interesses e padrões de atividades desde a infância. A presença isolada de uma dessas características ou a presença concomitante de duas ou mais delas comprometem o funcionamento diário do indivíduo.

Crispiane e Giaconi (2004) apud Giaconi e Rodrigues (2014) apontam características típicas do pensamento da pessoa autista, cujos reflexos são presentes nas diferentes formas de agir no sentido do perfil cognitivo individual.

**Quadro 1- O pensamento do autista**

<b>Indicadores</b>	<b>Descritores</b>
Pensamento realístico	Atitudes de associações concretas; rígida associação de significados primários a objetos e eventos; ausência de imaginação e generalização
Pensamento em detalhes	Tendência a concentrar a atenção sobre detalhes; hiperseletividade das partes em vez do contexto ou do geral
Pensamento caótico	Caótica, descoordenada e confusa percepção e compreensão dos contextos, das mensagens verbais, dos rostos e das suas expressões, das dinâmicas relacionais, das regras e das mudanças imprevisíveis
Pensamento visual	Preferência por uma modalidade de trabalho mental visual, icônica, por imagens
Ecolalia	Repetição literal de palavras e frases
Comportamento eco	Condutas repetitivas, rituais, insistência frente a situações pouco claras, ofuscadas ou incertas
Pensamento agressivo	Tendência a recorrer a crises agressivas para demonstrar a própria contrariedade com o contexto, com os desejos não satisfeitos, expectativas não correspondidas, necessidades não satisfeitas
Pensamento bizarro	Propensão a recorrer a comportamentos bizarros para demonstrar a própria contrariedade com o contexto, desejos não satisfeitos, expectativas não correspondidas, necessidades não satisfeitas
Cegueira mental/social	Escassa compreensão do mundo, subjetivo e objetivo; incapacidade de decifrar os olhos e expressões faciais dos outros, o estado emocional e relacional

**Fonte:** Crispiane e Giaconi (2004) apud Giaconi e Rodrigues (2014)

No contexto dos indicadores e descritores do pensamento do autista, Giaconi e Rodrigues (2014) afirmam que retardo mental ou condição intelectual preservada pode estar presente no perfil cognitivo da pessoa autista, ao mesmo tempo em que se manifestam as dificuldades de adaptação às situações corriqueiras, induzindo o indivíduo a condutas inapropriadas. Com isso, a inclusão de

alunos autistas no ambiente escolar requer definições bastante esclarecidas sobre a inserção desse sujeito no tempo e no espaço.

Como aborda Giaconi e Rodrigues (2014), normalmente, os autistas sentem dificuldades de organização no tempo e no espaço. No espaço, sentem dificuldades de orientação, de movimento independente nos ambientes e de distinção e associação dos vários espaços às suas funções. No tempo, sentem dificuldades na percepção do passado e futuro. Isso se deve ao “distúrbio de decognição, ou seja, na pervasiva desorganização cognitiva e na dificuldade de imaginação, que torna difícil pensar em coisas, imagens ou eventos que não sejam imediatamente presentes”. (GIACONI, RODRIGUES, 2014, p. 695).

A síndrome de Asperger também foi incorporada pelo TEA. Com isso, essa síndrome passou a ser considerada uma forma mais branda do autismo, permitindo que os pacientes passassem a ser diagnosticados segundo o grau de moderação ou de intensidade dos sintomas, e, por consequência, tivessem um diagnóstico mais completo. No entanto, as pessoas com a síndrome de Asperger possuem capacidades comunicativas mais desenvolvidas em virtude da sua maior capacidade de linguagem, o que lhes permite adaptarem-se com maior facilidade. Dessa maneira, as diferenças encontradas sugerem que a síndrome de Asperger é uma entidade clínica distinta e não um mero subgrupo do autismo.

Embora a compreensão sobre o autismo tenha avançado ao longo do tempo, a sua abordagem ainda enfrenta desafios que são, em grande parte, devidos às dificuldades do diagnóstico da doença, que não sendo relacionada a uma falha neurológica tem no comportamento humano o principal elemento de avaliação.

De acordo com Sulkes (2018), o diagnóstico do autismo é clínico, baseia-se nos critérios do DSM-5 (Manual Estatístico de Doenças Mentais) e requer evidências de comprometimento na interação social e comunicação e a presença de mais de dois comportamentos ou interesses estereotipados, repetitivos e limitados.

A cartilha “Autismo: orientação para os pais” elenca alguns dos sintomas comportamentais da pessoa autista:

Isolamento mental; despreza, exclui e ignora o que vem do mundo externo; insistência obsessiva na repetição com movimentos e barulhos repetitivos e estereotipados; adoção de rituais e rotinas elaborados; fixações e fascinações altamente direcionadas e intensas; escassez de expressões faciais e gestos; não olham diretamente para as pessoas; utilização anormal da linguagem; boas relações com objetos; ansiedade excessiva; não aquisição da fala ou perda da anteriormente adquirida. (AUTISMO, 2000, p. 8).

Carvalho (2014, p. 16) também apresenta algumas características:

Há uma incapacidade muito acentuada de desenvolver relações interpessoais nos cinco primeiros anos, caracterizada por uma falta de reação e de interesse pelos outros, sem comportamento de apego normal. Estas dificuldades manifestam-se, na primeira infância, pela ausência de uma atitude de antecipação (ao dar colo a essas crianças, elas assumem uma postura rígida, ao contrário do esperado), pela ausência do contato visual e pela ausência de resposta de sorriso e de mímica. A criança autista não utiliza o contato visual para chamar a atenção, em vez disso há ausência, atraso ou cessação do sorriso, em resposta ao sorriso dos outros. É indiferente aos outros, ignora-os, não reage à afeição e ao contato físico, existindo também ausência de apego seletivo: a criança parece não distinguir os pais dos adultos estranhos.

O Protocolo do Estado de São Paulo de Diagnóstico, Tratamento e Encaminhamento de Pacientes com Transtorno do Espectro Autista (Protocolo TEA) apresenta um quadro comparativo entre crianças com desenvolvimento normal e crianças cujo desenvolvimento representa sinais de alerta para a doença do autismo.

**Quadro 2 - Sinais e sintomas de risco para o TEA**

<b>Idade</b>	<b>Desenvolvimento normal</b>	<b>Sinais de alerta</b>
2 meses	Criança fixa o olhar; reage ao som; bebê se aconchega no colo dos pais e troca olhares (mamadas e trocas de fralda).	
4 meses	Emite sons; mostra interesse em olhar rosto de pessoas, respondendo com sorriso, vocalização ou choro; retribui sorriso.	
6 meses	Sorri muito ao brincar com pessoas; localiza sons; acompanha objetos com olhar.	Não tem sorrisos e expressões alegres.
9 meses	Sorri e ri enquanto olha para as pessoas; interage com sorrisos, feições amorosas e outras expressões; brinca de esconde-achou; duplica sílabas.	Não responde às tentativas de interação feita pelos outros quando estes sorriem fazem caretas ou sons; Não busca interação emitindo sons, caretas ou sorrisos.
12 meses	Imita gestos como dar tchau e bater palmas; responde ao chamado do nome; faz sons como se fosse conversa com ela mesma.	Não balbucia ou se expressa como bebê; Não responde ao seu nome quando chamado; Não aponta para coisas no intuito de compartilhar atenção; Não segue com olhar gesto que outros lhe fazem.
15 meses	Troca muitos sorrisos com as pessoas, sons e gestos em uma sequência; executa gestos a pedido; fala uma palavra.	Não fala palavras que não seja mama, papa, nome de membros da família.
18 meses	Fala no mínimo 3 palavras; reconhece claramente pessoas e partes do corpo quando nomeados; faz brincadeiras simples de faz de conta.	Não fala palavras (que não seja ecolalia); Não expressa o que quer.
24 meses	Brinca de faz de conta; forma frase de duas palavras com sentido que não seja repetição; gosta de estar com crianças da mesma idade e tem interesse em brincar conjuntamente; procura por objetos familiares que estão fora do campo de visão quando perguntado.	Não fala frase com duas palavras que não sejam repetição.
36 meses	Brincadeira simbólica com interpretação de personagens; brinca com crianças da mesma idade expressando preferências; encadeia pensamento e ação nas brincadeiras (ex.: estou com sono, vou dormir); responde a perguntas simples como “onde”, “o que”; falam sobre interesses e sentimentos; entendem tempo passado e futuro.	Não busca, ou evita interação com outras crianças quando procurado.
<b>Qualquer perda de linguagem, capacidade de comunicação ou habilidade social já adquirida em qualquer idade</b>		

Fonte: Protocolo TEA, 2013, p. 18.

A complexidade envolvida na variação comportamental faz com que muitas crianças autistas tenham diagnósticos precipitados ou equivocados, o que pode causar prejuízos na compreensão e no tratamento da doença. Diante disso, a comunidade Asperger e TEA, com base no DSM-5 e em Thomas L. Whitman, elaborou um quadro com a descrição dos sintomas que devem ser observados durante o diagnóstico do autismo.

O quadro proposto, dada a clareza das informações, consiste numa fonte de informação preliminar ao aprofundamento da investigação da doença.

Figura 2 - Critérios para diagnóstico do autismo

**Critérios para Diagnóstico do Autismo**

Para serem classificados como autistas, as pessoas devem manifestar pelo menos seis dos sintomas descritos no DSM antes dos três anos de idade.

<b>PREJUÍZOS NA INTERAÇÃO SOCIAL</b> (Pelo menos 2 das características a seguir):	<b>PREJUÍZOS DA COMUNICAÇÃO</b> (Pelo menos 1 das características a seguir):	<b>INTERESSES, ATIVIDADES E PADRÕES REPETITIVOS, LIMITADOS E ESTEREOTIPADOS DE COMPORTAMENTOS</b> (Pelo menos 1 das características a seguir):
<ul style="list-style-type: none"><li>- Prejuízo significativo no uso de comportamentos não verbais, como contato visual direto, expressão facial, postura corporal e gestos de interação social.</li><li>- Incapacidade de estabelecer relações com seus pares, de acordo com seu nível de desenvolvimento.</li><li>- Falta de um desejo espontâneo de compartilhar situações agradáveis, interesses ou conquistas pessoais.</li><li>- Falta de reciprocidade social ou emocional.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Atraso ou ausência do desenvolvimento da linguagem falada, bem como modos alternativos de comunicação, como gestos.</li><li>- Déficit significativo para iniciar e/ou manter uma conversa com outros (em pessoas com fala adequada).</li><li>- Uso da linguagem idiossincrático ou estereotipado e repetitivo.</li><li>- Ausência de brincadeiras apropriadas de imitação social ou de "faz de conta".</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Preocupação com um ou diversos interesses estereotipados e limitados, anormais em foco ou em intensidade.</li><li>- Aderência inflexível a rotinas ou rituais disfuncionais.</li><li>- Movimentos motores repetitivos e estereotipados, como abanar as mãos e balançar o corpo.</li><li>- Preocupação persistente com uma parte específica de um objeto.</li></ul>

O Desenvolvimento do Autismo - Thomas L. Whitman

SINDROME DE ASPERGER AUTISMO

Fonte: Comunidade Asperger e TEA<sup>8</sup>.

Segundo Marteleto et al. (2011) citado por Campos e Fernandes (2016), o diagnóstico e o laudo médico de autismo devem ser baseados em observações comportamentais e em informações relatadas pelos familiares, daí a relevância do conhecimento dos sintomas de TEA. Apenas a partir disso, é que o grau de gravidade poderá ser definido, os progressos ou retrocessos mensurados e as intervenções médicas, terapêuticas e educacionais estabelecidas.

As dificuldades do diagnóstico são agravadas pela resistência das famílias, que, muitas vezes, não querem aceitar o laudo de autismo. Elas buscam por diferentes médicos e especialidades

<sup>8</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/SindromedeAspergerAUTISMO>

na esperança de ouvirem que o primeiro diagnóstico estava equivocado, numa recusa de aceitação, o que também pode representar prejuízos ao autista.

Um segundo aspecto, que também dificulta o tratamento da pessoa autista, se refere a uma rede de apoio que deve ser constituída. De forma interdisciplinar, profissionais da saúde, educadores e familiares se associam uns aos outros para a assistência e o cuidado do autista. Contudo, frequentemente, essas pessoas não contam com uma rede completa de atendimento, isso porque nem sempre as redes públicas de saúde e de educação contemplam a todas as demandas de seus cidadãos, uma vez que são historicamente deficitárias, e os familiares, de forma muito recorrente, possuem restrições orçamentárias. Diante disso, os familiares sentem-se desestimulados em tratar e cuidar do seu ente querido. No entanto, em que pese toda a adversidade, ainda assim, é importante que as famílias se organizem para o cuidado da sua criança autista.

A realidade do universo autista é bastante complexa e engloba conceitos e variáveis distintos. No entanto, as investigações e os estudos possibilitaram que uma evolução ocorresse ao longo do tempo, que tem se convergido num melhor esclarecimento sobre o transtorno, permitindo a adoção de diversas metodologias de tratamento.

O tratamento do TEA é interdisciplinar, envolvendo profissionais da saúde, como psiquiatras, psicólogos e terapeutas, e profissionais da educação, especialmente os professores. Geralmente, envolvem terapia comportamental, fonoterapia e terapia medicamentosa.

Sulkes (2018), confirmando a interdisciplinaridade no tratamento do autista, propõe a terapia comportamental mediante a parceria entre profissionais da saúde – psicólogos e terapeutas, e profissionais da educação – professores, dando ênfase a uma análise do comportamento e ao cruzamento de estratégias de orientação comportamental com os problemas específicos de comportamento da pessoa em casa ou na escola.

Sobre a fonoterapia, que é a terapia da fala, Sulkes (2018) sugere a precocidade na abordagem e o uso variado de métodos, incluindo sinais, troca de fotos e dispositivos de comunicação como aqueles que geram voz com base em sinais que a criança pode selecionar num *tablet* ou num dispositivo portátil. Novamente, fonoaudiólogos e fisioterapeutas, enquanto profissionais da saúde, devem ser associados aos professores e aos familiares do autista.

A respeito do tratamento medicamentoso, tem-se que o seu uso deve ser adotado apenas a partir do momento em que se percebe que as terapias de caráter comportamental ou de fala não tenham amenizado as dificuldades comportamentais, seja de interação, comunicação ou rotina.

Assim, psicólogos, terapeutas, fonoaudiólogos, psiquiatras, professores e familiares constituem uma rede de apoio e assistência à criança autista.

Menali (2015) também aponta metodologias para o tratamento do autismo:

- Método ABA (Análise Comportamental Aplicada);
- PECS (Sistema de Comunicação por Troca de Figuras); e
- TEACCH (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits relacionados com a Comunicação).

Segundo Menali (2015), o método ABA consiste na análise comportamental do autista com o objetivo de ensinar habilidades que o indivíduo ainda não possui, enquanto que o PECS consiste num sistema de comunicação por figuras que se propõe a ajudar os autistas na aquisição de habilidades de comunicação, e o TEACCH, por sua vez, está voltado para o aspecto educacional de crianças autistas que apresentam distúrbios de comunicação.

Segundo Mello (2001) citado por Bianchi (2017), o TEACCH se apresenta como um método de tripla abordagem, focado na comunicação, educação e autonomia do autista. As suas estratégias de Educação Especial e técnicas comportamentais alcançam, num primeiro momento, professores e familiares, para então, após isso, por meio desses mediadores já habilitados, responder às necessidades do autista.

Bianchi (2017, p. 36) diz que o TEACCH “se desenvolve a partir da forma específica de pensar e aprender das crianças autistas, aproveitando-se de seus pontos fortes que são: processamento visual, memória visual e memória para rotinas”.

Nas escolas, a prática pedagógica com o aluno autista sob a metodologia do TEACCH, envolve a organização de todo o ambiente escolar na forma de rotinas estruturadas em quadros, painéis ou agendas, facilitando à criança autista situar-se no tempo e no espaço e conduzindo-a a compreender o que é esperado dela naquele ambiente. (MELLO, 2001 apud BIANCHI, 2017).

De acordo com Coelho e Aguiar (2015) citado por Bianchi (2017), o método ABA, que envolve processos de instrução ao autista e ensinamento de habilidades que ele ainda não possui, com foco na comunicação, interação, adaptação social e autonomia do autista, tem origem nas teorias comportamentais e foi desenvolvido por pais em substituição das terapias anteriores que não surtiam os resultados esperados.

O PECS se apresenta como uma abordagem interessante, especialmente quando os métodos ABA e TEACCH não apresentam respostas satisfatórias.

Os métodos propostos apresentam-se como estratégias de tratamento que focam um ou mais aspectos que precisam ser trabalhados com a pessoa autista – interação, comunicação, adaptação social, formação educacional e autonomia.

Cada método, com especificidade própria ou compartilhando estratégias com outros métodos, está voltado para a superação dos distúrbios de comunicação e de comportamento do autista. Portanto, a escolha do método deve ser pautada na qualificação do mediador, seja em saúde ou educação, e na necessidade de intervenção, segundo o quadro de gravidade do autismo.

Mesmo que a cura para o autismo não tenha sido descoberta, ainda assim algumas dificuldades comportamentais podem ser superadas, desde que precocemente o diagnóstico seja definido e o tratamento da pessoa autista seja iniciado. Dessa forma, tanto a pessoa quanto os seus familiares poderão ganhar em qualidade de vida.

Assim, tem-se que a medicina concebe o autismo como um transtorno ainda sem cura e com uma gama de desafios a ser superada, porém, com uma compreensão e abordagem que evoluíram ao longo do tempo e que permitem, por meio de diagnóstico precoce e preciso e de tratamento apropriado, especialmente nas esferas da psicoterapia e da educação, uma amenização dos sintomas do autismo, proporcionando autonomia ao indivíduo e qualidade de vida a ele e aos seus familiares.

## 1.2 Inclusão escolar de alunos autistas: uma perspectiva da educação

*“Quero que você acredite que pode ou que não pode, geralmente você está certo. Acredite que você pode fazer uma diferença para mim. É preciso acomodação e adaptação, mas autismo é um distúrbio não pré fixado. Não há limites superiores inerentes para aquisições. Posso sentir muito mais que posso comunicar e a coisa que mais posso perceber é se você acredita ou não que “eu posso”. Espere mais e você receberá mais. Incentive-me a ser tudo que posso ser, de modo que possa seguir o caminho muito depois de já ter saído de sua classe”.*

Henry Ford (sem data)  
Inclusive, Inclusão e Cidadania, 2020.

A abordagem do TEA, sob o prisma da educação, requer uma compreensão segundo o olhar dos educadores, envolvendo um entendimento da sua complexidade e das condições que a pessoa autista carrega consigo. Para tanto, faz-se necessário uma apropriação do conhecimento sobre o TEA e sobre o perfil do indivíduo, obtido em diálogo com as áreas médicas e correlatas, conforme abordagens na parte que antecede este texto. Com isso, acredita-se que os educadores podem alcançar um conhecimento básico que os permita intervir no universo do TEA no que diz sobre a prática pedagógica com o aluno autista.

Diante disso, esta parte do trabalho consiste num panorama da educação na perspectiva da inclusão escolar de alunos autistas, segundo as definições na esfera da área médica e de outras relacionadas, que consistem em conteúdos norteadores deste estudo.

Este texto contempla abordagens sobre um novo paradigma educacional à luz da inclusão escolar, a definição desse processo segundo pesquisadores da área, e as demandas que são colocadas para o cenário educacional em decorrência das especificidades do aluno autista.

Autores como Ainscow (2009); Chiote (2013); Cunha (2012, 2014); Mantoan (2003, 2015); Stainback, Stainback (1999); Weizenmann, Pezzi, Nazon (2020), e vários outros são citados para referendar as contextualizações desta pesquisa.

A inclusão escolar, conquistada por meio de movimentos sociais e educacionais, pode ser entendida como um processo de emancipação da educação com a ruptura de paradigmas antigos e concepção de outros novos, por uma educação mais democrática, igualitária e solidária.

Segundo Amaral et al. (2014), a inclusão escolar é uma ação educacional ampla e complexa, não se restringindo à inclusão dos alunos com deficiência motora, sensorial ou cognitiva, mas se estendendo a todos os indivíduos.

De acordo com Carvalho (2000), foi no final do século XX que aconteceram as principais transformações no contexto da educação especial no Brasil com o surgimento das expressões “Educação para todos”, “Todos na escola”, “Escola para todos”. No entanto, segundo a autora, a ideologia da inclusão escolar vem sendo difundida desde o século XVIII por Pestalozzi e Froebel quando eles afirmavam a importância do “respeito à individualidade de cada criança” (CARVALHO, 2000, p.145).

Amaral et al. (2014) afirmam que na década de 90 aconteceram movimentos internacionais em defesa dos direitos das crianças que reafirmaram a inclusão escolar como a educação para todos. Esses movimentos geraram estatutos e declarações universais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Declaração Mundial de Educação para Todos, a Declaração de Salamanca, e a Convenção da Guatemala, influenciando a formulação de políticas públicas de inclusão na educação pelo governo brasileiro.

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes. (SASSAKI, 1998, p. 8).

A inclusão escolar envolve um olhar sobre a educação voltado para a universalidade e qualidade, constituindo uma escola única, independentemente da singularidade de cada aluno.

Stainback e Stainback (1999, p. 21) definem a inclusão escolar como “[...] a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas”.

A razão mais importante para o ensino inclusivo é o valor social da igualdade. Ensinamos os alunos através do exemplo de que, apesar das diferenças todos nós temos direitos iguais. Em contraste com as experiências passadas de segregação, a inclusão reforça a prática da ideia de que as diferenças são aceitas e respeitadas. Devido ao fato de nossas sociedades estarem em uma fase crítica de evolução, do âmbito industrial para o informacional e do âmbito nacional para o internacional, é importante evitarmos os erros do passado. Precisamos de escolas que promovam aceitação social ampla, paz e cooperação. (STAINBACK, STAINBACK, 1999, p. 27).

O sentido da inclusão escolar não se restringe à esfera da educação, isso porque, antes da sua estruturação, é preciso que uma base de sustentação seja constituída, com valores sociais e culturais que devem ser universalizados, na perspectiva da igualdade, diversidade e cooperação.

Mantoan (2003) afirma que o ensino, na perspectiva da educação inclusiva, envolve a ressignificação do papel do professor, da escola e das práticas pedagógicas, com a superação do paradigma tradicional da educação.

Pensar a escola, de modo geral, envolve refletir sobre uma educação que respeita a singularidade de cada indivíduo, ao mesmo tempo, em que é acessível por todos, e acolhedora da diversidade.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008).

Mantoan (2015, p. 16), numa proposta de superação do paradigma excludente da educação, apresenta o objetivo da inclusão escolar como uma busca de “não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar” o que implica numa “mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”. A autora também aborda sobre o fundamento da inclusão escolar que está na mudança do paradigma educacional vigente, com a supressão da divisão entre ensino especial e ensino regular e atendimento às diferenças sem discriminação.

Ao se referir sobre a criação de um paradigma educacional inovador em detrimento de um conservadorismo que trava os avanços na educação, busca-se a incorporação de valores sociais e culturais que podem transformar uma sociedade, tornando-a mais justa, solidária e humanizada. Enquanto uma das bases fundamentais da sociedade, a educação deve criar espaços para que as transformações sociais aconteçam, seja na ressignificação do papel do professor, na prática docente com os alunos ou na concepção escolar, pois, por meio dela, é que os futuros cidadãos irão trilhar um caminho que os conduzirão a um agir social crítico, reflexivo, solidário e humanizado.

Segundo Cunha (2012):

O grande foco na educação escolar deve estar no processo de aprendizagem e não nos resultados. [...] a educação precisa ser vivenciada igualmente na sala comum, com os demais alunos. [...] É fundamental que a educação seja centrada prioritariamente no ser humano e não na patologia, tornando indispensável um currículo que transcenda as concepções de déficit e torne a prática pedagógica rica em experiências educativas. Transforme as necessidades do autista em amor pelo movimento de aprender e de construir, concedendo-lhe autonomia e identidade. (CUNHA, 2012, disponível em [www.eugeniocunha.com.br](http://www.eugeniocunha.com.br)).

A prática pedagógica, na perspectiva da inclusão escolar, envolve reflexões e mudanças no processo de ensino-aprendizagem, focando mais o percurso e o desenvolvimento educacional do estudante, segundo a sua individualidade, e menos a rigidez dos currículos escolares.

Para Ainscow (2009, p. 21) a “inclusão em educação pode ser vista [...], como um processo de transformação de valores em ação, resultando em práticas e serviços educacionais, em sistemas e estruturas que incorporam tais valores”. Isso leva à compreensão de que a escola só será de fato inclusiva quando estiver em estado de emancipação e universalidade, sempre buscando o combate à exclusão. Aceitar e valorizar a diversidade sem distinção, incluindo culturas, características individuais, classes sociais etc. significa se colocar à disposição para o aprendizado de novas habilidades, competências e linguagens e para um olhar mais humanizado.

A reflexão sobre uma escola de qualidade para todos envolve uma visão ideológica da realidade que deve ser construída por todos que fazem parte da educação. Nesse sentido, em educação, a constituição do todo implica na junção de partes, e, eventualmente, uma determinada parte possui características especiais, como os alunos autistas. Dessa maneira, entende-se que a inclusão de um aluno autista em escola regular deve ser concebida como um processo social inerente às ações educacionais, sendo pautado na defesa da diversidade e dos Direitos Humanos.

O ato de incluir um aluno com deficiência em uma escola regular não pode ser visto como um mero ato obrigatório, mas sim como uma prática apoiada em um paradigma educacional voltado à defesa da diversidade e dos direitos humanos, tratando-se, de um processo social complexo que resulta de ações estabelecidas por agentes distintos envolvidos (diretamente ou indiretamente) com o processo de ensino-aprendizagem. (BENITEZ; DOMENICONI, 2015 apud WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020, p. 2).

Com o processo de inclusão educacional a escola se ajusta às especificidades dos seus alunos, superando a visão homogênea e buscando estratégias que asseguram o direito à educação de todos os estudantes. Assim, corroborando Pacheco (2007), o espaço escolar deve ser pensado de maneira flexível, a fim de atender a cada educando de forma particularizada.

Stainback e Stainback (1999) citado por Bassa e Lima (2014) apresentam processos importantes para a criação bem-sucedida de comunidades escolares à luz da inclusão:

- Estabelecer uma filosofia da escola baseada nos princípios democráticos e igualitários da inclusão, da inserção e da provisão de uma educação de qualidade para todos os alunos;
- Ter uma liderança forte por parte do diretor que deve reconhecer sua responsabilidade na definição dos objetivos da escola e na garantia das tomadas de decisões;
- Atendimento pelas escolas das necessidades sempre crescentes dos alunos em todas as áreas do seu desenvolvimento;
- Formação de redes de apoio para professores e alunos que necessitem de estímulo e assistência;
- Desenvolvimento de plano efetivo de assistência abrangendo:

- a) funcionários especializados de dentro e fora da escola para atuarem como consultores e facilitadores;
- b) biblioteca acessível e atualizada com recursos em vídeo e áudio que enfoquem a reforma da escola e as práticas de educação inclusiva;
- c) criação de oportunidades para que os educadores que apóiam os alunos autistas se reúnam para tratar de questões comuns, como também oportunidades para os educadores novatos em práticas inclusivas visitarem outras escolas; e
- d) criar oportunidades para os professores aumentarem suas habilidades.

Dessa forma, a inclusão escolar pode significar uma verdadeira revolução educacional, contemplando o descortinar de uma escola universal, solidária, democrática e de qualidade para todos.

No Brasil, a Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu artigo 208, define o atendimento escolar para pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Este direito é garantido também pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996) e pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). Há ainda a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que garante o Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como vários outros documentos legais que asseguram o direito à educação de pessoas especiais.

Com a inclusão escolar de alunos com deficiência houve um aumento na quantidade de matrículas de alunos especiais em sala de aula regular, conforme consta no censo escolar de 2020:

O número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhão em 2019, um aumento de 34,4% em relação a 2015. Considerando apenas os alunos de 4 a 17 anos da educação especial, verifica-se que o percentual de matrículas de estudantes incluídos em classe comum também vem aumentando gradativamente, passando de 88,4% em 2015 para 92,8% em 2019. (BRASIL, INEP/MEC, 2020, p. 11).

No entanto, a inclusão de alunos autistas nas escolas, em grande parte, está distante de ser efetiva, devido à falta de atendimento das necessidades de intervenções no ambiente escolar que o processo de inclusão requer das instituições educacionais.

Além do preparo do ambiente escolar, a recepção e a permanência do aluno autista na escola também representam um desafio, pois, de acordo com Cunha (2014):

O aluno com autismo não adquire a autonomia necessária, é importante que ele permaneça sob o auxílio de um profissional capacitado ou um psicopedagogo para que dê suporte ao professor em sala de aula. Na escola inclusiva é demasiadamente difícil para um único educador atender a uma classe inteira com diferentes níveis educacionais e ainda propiciar uma educação inclusiva adequada. Tudo o que for construído no ambiente escolar deveria possuir o gene da qualidade. (CUNHA, 2014, p.55).

Há também uma falta de compreensão a respeito do perfil do aluno autista, que não se encaixa numa única variável sintomática. O TEA se apresenta de formas diversas, o que faz com que cada criança com autismo tenha comportamentos, habilidades e níveis cognitivos muito individualizados. Essas concepções acabam interferindo nas práticas pedagógicas e na expectativa sobre a educabilidade dessas crianças.

No entendimento de autismo, implica dizer que existem crianças que conseguem se comunicar através de frases e outras não. Tem crianças que desenvolvem a leitura sozinha muito cedo e outras jamais conseguirão se alfabetizar. Existem crianças que apresentam retardo mental associado e outras com inteligência normal ou acima do normal. Existem àquelas que desenvolvem o sistema motor normalmente e outras que só vai conseguir andar muito tarde. Há também crianças com diferentes doenças associadas a outras sem qualquer patologia concomitante. Ainda assim, todas essas crianças serão classificadas como autistas embora suas características sejam diferentes. (GIKOVATE, 2009, apud ALCANTARA, 2020).

Assim, embora o atendimento educacional de alunos especiais seja determinado pela Lei Maior – a Constituição Federal, as iniciativas de inclusão escolar ainda não são efetivas.

Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020) apontam a falta de conhecimento sobre o TEA e a ênfase na socialização do autista em detrimento do seu aprendizado, como fatores que parecem interferir na inclusão escolar e na prática pedagógica, uma vez que muitos professores apresentam ideias distorcidas em relação ao autismo.

Soma-se às dificuldades a complexidade do próprio espectro, que envolve deficiências nas áreas de comportamento, socialização e comunicação. Por outro lado, as crianças autistas são capazes de internalizar pistas de aprendizados, e partindo, disso, utilizá-las. Com essa possibilidade de aprendizado, a figura do professor se torna uma grande aliada no processo de ensino-aprendizagem do aluno autista.

Segundo Teixeira (2015), o professor tem uma grande importância no tratamento da criança autista, pois é ele quem constrói o elo entre a escola e os responsáveis pela criança. O autor também afirma que o trabalho do professor deve ser o de assistir a criança autista no ambiente escolar e nos diferentes momentos em sala de aula, estimulando a interação social, ensinando as regras de convivência e estimulando a participação em sala de aula.

No entanto, Pires (2006) coloca que não é apenas o professor que transformará a escola em inclusiva, mas sim a união entre coordenadores, professores, demais funcionários e a família. Portanto, é importante considerar que a comunicação entre a família das pessoas com autismo e a escola merece atenção, preparo e dedicação.

Cunha (2014, p. 89) ressalta que:

[...] escola e família precisam ser concordes nas ações e nas intervenções na aprendizagem, principalmente, porque há grande suporte na educação comportamental. Isto significa dizer que a maneira como o autista come, veste-se, escova os dentes, manuseiam os objetos os demais estímulos que recebe para seu contato social precisam ser consoantes nos dois ambientes.

Com uma parceria entre a escola e os pais, mais bem preparados serão os ambientes em que o aluno autista irá conviver e tanto melhor poderão ser combinadas as rotinas de atividades, mantendo-se uma assiduidade e consonância nas realizações, tanto na escola quanto em casa.

Segundo Bianchi (2017, p. 40):

Para uma boa atuação existe a necessidade urgente de ampliação da formação profissional do professor, principalmente no que diz respeito à formação continuada, não há garantia de que essa formação irá prepará-lo para lidar com todas as situações que surgirem, mas uma formação docente eficiente abre caminhos para que o professor saiba onde buscar auxílio sempre que precisar.

Dessa forma, o protagonismo do professor na prática pedagógica com o aluno autista depende, em grande parte, da sua formação e qualificação em educação especial. É preciso que o educador conheça a complexidade do TEA e o perfil do autista que é bastante particular em cada pessoa, que também reconheça o impacto transformador da inclusão escolar na formação do aluno e que entenda, enquanto professor, os seus próprios limites na prática pedagógica com o aluno autista, de maneira a inserir-se numa rede de apoio que pode ser constituída por outros professores, gestores e demais membros da comunidade escolar, famílias dos alunos autistas, e outros profissionais, como psicólogos, terapeutas etc.

A inclusão escolar de crianças autistas envolve novas concepções, ideologias, princípios e valores não apenas educacionais, mas também sociais, integrando e formando alunos autistas, ao mesmo tempo, em que novas estratégias de ensino são incorporadas nos processos de ensino e de aprendizagem, quer sejam voltadas às singularidades dos seus alunos e à formação de mentalidades emancipadas, reflexivas, críticas e cidadãs, alcançando a todos os estudantes. Com isso, a mesma inclusão escolar que pode contribuir na educação e na formação da criança autista, pode transformar toda uma sociedade. Para tanto, é necessário que investimentos aconteçam, nas escolas e na formação dos professores.

## CAPÍTULO II

### MARCOS REGULATÓRIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

*“As crianças especiais, assim como as aves, são diferentes em seus vôos.  
Todas, no entanto, são iguais em seu direito de voar.”*

Jessica Del Carmen Perez, 2017, com Matheus Dantas em Crianças  
Especiais.

#### **2.1 Inclusão escolar: marcos regulatórios**

Este capítulo apresenta os principais instrumentos regulatórios e norteadores da inclusão escolar de crianças autistas e da prática pedagógica com esses alunos, num diálogo com as exposições anteriores sobre o TEA e a educação inclusiva, à medida que essas informações representam uma base teórico-referencial para as reflexões aqui abordadas.

Bianchi (2017) afirma que as leis e políticas de inclusão no Brasil foram influenciadas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. No entanto, acrescenta “quando se fala em educação o grande marco é sem dúvida a Constituição Federal (BRASIL, 1988), ao estabelecer em sua redação a educação como “um direito de todos”. (BIANCHI, 2017).

Dessa maneira, as discussões sobre a inclusão do aluno com deficiência em escola regular não são recentes, uma vez que a Lei Maior da Nação – a Constituição Federal, também a determina em seu artigo 208, definindo o atendimento educacional para as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Esta definição contempla a garantia do direito à formação educacional dos alunos autistas em escolas regulares.

Segundo Guedes e Tada (2015), a educação das pessoas com autismo foi oferecida inicialmente na educação especial, por meio de instituições especializadas. Entretanto, com as transformações nas políticas públicas de educação, motivadas pelas discussões internacionais, atualmente a educação desses alunos tem sido priorizada em salas de aulas regulares.

Mais notadamente na década de 90, aconteceram movimentos internacionais em defesa dos direitos das crianças, especialmente no sentido da “Educação para todos”. O Estatuto da Criança e do Adolescente, a Declaração de Salamanca e a Convenção de Guatemala são exemplos de marcos internacionais que reafirmaram a Declaração Universal de Direitos Humanos, ao mesmo tempo em que consolidaram a inclusão escolar de alunos com deficiência, influenciando a sua afirmação em território brasileiro.

A inclusão não pode ser considerada um privilégio, ou uma mera opção estratégica, é um direito e, sobretudo, um exercício de cidadania a praticar diariamente e que abre o caminho rumo a uma escola na qual todas as crianças devem ter um lugar, independentemente das suas diferenças. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 17-18).

A Declaração de Salamanca é um instrumento que tem orientado as ações governamentais que visam a garantir uma educação de qualidade, como direito de todos, de forma inclusiva e universal.

O quadro que segue elenca os principais instrumentos regulatórios da inclusão escolar no Brasil.

**Quadro 3 - Instrumentos regulatórios da inclusão escolar no Brasil**

<b>Instrumento</b>	<b>Data</b>	<b>Informações</b>
Constituição Federal	1988	Estabelece a educação como um direito de todos e define o atendimento educacional para as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino
Política Nacional de Educação Especial	1994	Estabelece objetivos gerais e específicos decorrentes da interpretação dos interesses, necessidades e aspirações de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas (problemas de conduta) e de altas habilidades (superdotadas), assim como de bem orientar todas as atividades que garantam a conquista e a manutenção de tais objetivos
Lei nº 9.394	1996	Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Decreto nº 3.956	2001	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência
Resolução nº 2	2001	Instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	2008	Visa constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos
Resolução nº 04	2009	Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação básica – Modalidade Educação especial
Decreto nº 7.611	2011	Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências
Lei nº 12.764	2012	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
Lei nº 13.146	2015	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania

**Fonte:** Elaborado pela autora

Assim, o Brasil, por meio dos seus recursos legais e políticos, e em diálogo com as comunidades local e internacional, tem criado documentos oficiais que regem e norteiam as práticas de inclusão escolar.

A Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996) no capítulo V – da Educação Especial, artigos 58 e 59, assegura o seguinte:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio, especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas, para atender as suas necessidades;

II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os super dotados;

III – Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como os professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – Educação especial para o trabalho, visando sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no mercado de trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

A Política Nacional de Educação Especial (PNEE), na perspectiva da educação inclusiva, consiste em:

[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas [...] diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e sustenta a formação dos alunos com vista à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p. 26).

A Lei nº 12.764 (BRASIL, 2012) reafirma o compromisso com a formação educacional da pessoa autista e a sua inclusão na sociedade, conforme o seu artigo 3º:

IV - O acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2o, terá direito a acompanhante especializado.

Dessa forma, fica assegurado ao autista o direito à educação, inclusive ao ensino profissionalizante, bem como a presença de um acompanhante especializado quando assim a condição do autista exigir.

É necessário também abordar a Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), especialmente no seu artigo 27º:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais,

intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidade de aprendizagem.

Afirma-se que a educação brasileira possui sólidos instrumentos regulatórios e de orientação para a inclusão escolar de pessoas com deficiência, especialmente de autistas. Portanto, é preciso que tais instrumentos sejam convertidos em ações efetivas nas escolas, atendendo às necessidades específicas presentes na prática pedagógica com os alunos autistas.

## 2.2 Atendimento Educacional Especializado (AEE)

*“Se a educação é para todos, mais do que nunca ela precisa ser inclusiva e livre de preconceitos. Deve ainda representar a diversidade em nossa sociedade e valorizar as diferenças.”*

Lilian Monteiro, 2019.

O que se pretende neste capítulo é abordar o AEE (Atendimento Educacional Especializado), regulamentado pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

O AEE deve ser oferecido ao estudante autista que está inserido em salas regulares, mas que necessita de mediação para atender as suas especificidades de aprendizado.

Segundo Cavalcante (2020), no caso de o aluno autista precisar de apoio educacional especializado, é fundamental a sua frequência no AEE, para complementar sua escolaridade, tendo em vista o seu desenvolvimento sócio-cognitivo.

O Decreto nº 7.611 (BRASIL, 2011) define o AEE:

Artigo 1º - Para fins deste Decreto, são denominados atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - Complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - Suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

Artigo 2º - O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

O Decreto nº 7611 (BRASIL, 2011), no artigo 3º sobre a educação especial, também apresenta os objetivos do AEE:

Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializado de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;  
Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;  
Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;  
Assegurar condições para continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (BRASIL, 2011, artigo 3º).

Na perspectiva do decreto, o aluno especial deve ser amparado na sua formação educacional, para além da sua inserção em sala de aula regular. É preciso que se criem espaços, programas e ações pedagógicas específicas que favoreçam o acesso e a formação desse aluno no ambiente escolar.

Devido à complexidade envolvida, o Atendimento Educacional Especializado demanda conhecimentos específicos, uma vez que esse processo implica não apenas na criação de espaços que atendam às condições particulares do aluno autista, mas também na realização de atividades pedagógicas específicas às essas necessidades educacionais e no uso de recursos didáticos que são próprios deste tipo de atendimento. Com isso, tem-se a expressiva demanda por profissionais educadores, cuja formação tenha contemplado competências e habilidades em educação especial. Dessa maneira, é fundamental a formação de professores em educação especial, tendo em vista o alcance de resultados efetivos.

Com a promulgação da Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), o sistema educacional foi convocado para adequar-se às necessidades de todos os alunos. A chamada foi reforçada com a resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 02/01 (BRASIL, 2001), conforme previsto nos artigos iniciais:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades.

Parágrafo único. O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

Art 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos. (BRASIL, 2001, artigos 1º e 2º).

No AEE, o aluno autista realiza atividades diferenciadas em relação àquelas que se produzem em sala de aula de ensino regular. Portanto, é preciso que sejam planejadas atividades diferenciadas, incluindo a exploração de espaços especialmente desenhados para a acomodação da criança com autismo. Nesse sentido, as salas de recursos multifuncionais (SRMF) são espaços que devem existir nas escolas em que estudantes autistas frequentam, uma vez que são planejadas exclusivamente para o atendimento educacional especializado:

[...] mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento dos alunos que são público alvo da Educação Especial e que necessitam do AEE no contraturno escolar. A organização e a administração deste espaço são de responsabilidade da gestão escolar e o professor que atua neste serviço educacional deve ter formação para o exercício do magistério de nível básico e conhecimentos específicos de Educação Especial, adquiridos em cursos de aperfeiçoamento e de especialização. (AEE<sup>9</sup>).

---

<sup>9</sup> Disponível em <https://www.assistiva.com.br/aee.html>

É importante que o Atendimento Educacional Especializado seja integrado às demais atividades da escola com o envolvimento de toda a comunidade, por meio de uma liderança em educação que incentive uma reestruturação do currículo escolar e dos seus respectivos planos pedagógicos. A adaptação curricular para o trabalho com a diversidade de alunos, tendo como referência as necessidades individuais de cada um, consiste em uma medida extraordinária no contexto da educação inclusiva. A respeito disso, Sapon-Shevin (1999, p. 188) afirma o seguinte:

A criação de uma escola inclusiva onde todos os alunos sintam-se reconhecidos, valorizados e respeitados envolve cuidar dos conteúdos ensinados e da maneira como o currículo é transmitido. Não somente as estratégias de ensino devem ser designadas e as áreas curriculares determinadas para responder a uma ampla variedade de diferenças entre os alunos, mas o próprio currículo deve designar-se às muitas maneiras em que os alunos se diferenciam.

O processo de inclusão escolar de crianças com autismo e a oferta do atendimento especializado requerem o trabalho coletivo da comunidade escolar, uma vez que a escola deverá seguir, tanto na prática pedagógica com as crianças especiais, como os alunos autistas, quanto com as crianças normais, focada sempre no atendimento democrático, solidário e universal.

A gestão escolar com sua equipe pedagógica deve estabelecer uma dinâmica de trabalhos que atenda aos objetivos de formação de todos os seus alunos, o que envolve um olhar reflexivo, atento, informado, integrado e humanizado e o uso de metodologias que potencializam as singularidades de cada aluno.

A parceria entre a escola e a família do autista é fundamental na formação desse aluno, para que exista uma consonância das rotinas da escola com as de casa, ao mesmo tempo, em que se espera que a aprendizagem se estabeleça para além do muro da escola.

Sabe-se que muitas ações promissoras de Atendimento Especializado na perspectiva da inclusão escolar são desenvolvidas em escolas. Porém, ainda há muito que avançar, seja na universalização do atendimento, uma vez que as iniciativas acontecem em grande parte nos grandes centros urbanos, na formação dos professores, que nem sempre possuem qualificação em educação especial, e na adequação da estrutura material das escolas.

É assim que segue a marcha rumo à superação dos desafios na inclusão escolar e no Atendimento Educacional Especializado de alunos autistas, tendo em vista a formação educacional e social desses alunos.

## CAPITULO III

### PERCURSOS CIENTÍFICOS DA PESQUISA

#### 3.1 Caminhos para a pesquisa

Esta pesquisa teve início numa inquietação em torno do tema “inclusão escolar de crianças autistas” cuja reflexão e análise culminaram na problemática sobre os desafios da inserção de crianças autistas na perspectiva da inclusão escola em escola regular. Assim, foi definida a questão que instigou a pesquisa científica: “Quais são os principais desafios na prática pedagógica com alunos autistas segundo a perspectiva da inclusão escolar?”.

Segundo Andrade (2014, p. 16), a pesquisa científica consiste num “procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”.

A pesquisa pressupõe a descoberta de um conhecimento, a resposta a um fenômeno etc. cujo desenvolvimento deve ser realizado mediante um percurso científico denominado método científico.

Segundo Diniz e Silva (2008), o método científico consiste num conjunto de ações, procedimentos e atividades sistemáticas que permitem o ordenamento e alcance de um objetivo no processo de construção do conhecimento na ciência. Segundo as autoras, o método envolve pressupostos que fundamentam a pesquisa e devem ser contextualizados anteriormente à coleta de dados.

Portanto, para a realização desta pesquisa, definiu-se como objetivo geral em torno da problemática de pesquisa “analisar os desafios enfrentados na prática pedagógica com alunos autistas segundo a perspectiva da inclusão escolar”.

Com isso, foi realizado um levantamento bibliográfico cujos pressupostos colocaram luz ao desenvolvimento desta pesquisa.

O método científico adotado foi a abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2001, p. 21-22) consiste em:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Assim, este trabalho foi realizado na perspectiva da pesquisa de caráter qualitativo.

## 3.2 Delineamento da pesquisa

Neste tópico, são abordados o local da pesquisa, os sujeitos e o instrumento de coleta de dados.

### 3.2.1 Contexto da Pesquisa

Com uma população de 697.886 habitantes (IBGE, 2020), a cidade de Osasco/SP tem sido pioneira em iniciativas de inclusão escolar, pois, segundo Gonçalves (2016):

Em 2005, foi implantado o “Programa de Educação Inclusiva – PEI” pela Secretaria de Educação do Município de Osasco, visando a adequar a educação especial à uma orientação inclusiva. [...] Em 2015, de um total de 65.167 alunos matriculados na rede municipal de Osasco, havia 819 alunos (1,26% do total de alunos) com deficiência, matriculados em classes comuns da rede regular. [...] O número de alunos com deficiência nas classes comuns da rede municipal de Osasco representa um crescimento de 1.145% do número de matrículas e o número de salas de recursos, representa um crescimento de 612,5% de crescimento. (GONÇALVES, 2016, p. 2, 5).

Na busca de cumprir o que prevê a Política Nacional da Educação Básica, na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008), o Plano Nacional de Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2008) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial da Educação Básica (BRASIL, 2001), o município tem sido reconhecido pelo seu protagonismo educacional e social e servido como modelo e inspiração para outras cidades brasileiras.

Particularmente sobre o autismo, a cidade de Osasco/SP criou legislações na cidade, como a Lei nº 4.585, de 2013, que institui no calendário oficial do Município o Dia de Conscientização do Autismo, comemorado em todo dia 2 de abril, e a Lei nº 4.841, de 2017, que institui em Osasco políticas públicas para a garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com autismo.

Contudo, na esfera educacional, a inclusão escolar de crianças autistas em Osasco/SP carece de novas análises, haja vista que muitas dificuldades são encontradas e desafios precisam ser superados.

Assim, o *locus* da pesquisa foi a escola de educação básica José Saramago, localizada no município de Osasco/SP.

### 3.2.2 Sujeitos da Pesquisa

A imagem do professor é sempre associada ao saber e, por isso, na gênese do seu papel está o poder transformador de suas ações o que faz dele um agente de mudanças, um transformador de realidades humanas, educacionais, sociais etc.

Partindo disso, tem-se a fundamental importância do professor na formação dos alunos autistas no processo de ensino-aprendizagem, na perspectiva da inclusão escolar.

Justifica-se a indicação do professor enquanto sujeito desta pesquisa, pelo compartilhamento da sua prática do ambiente escolar e dos diferentes saberes constituídos durante o seu percurso profissional.

Assim, 20 professores que atuam na Educação Básica da Escola José Saramago de Osasco/SP foram consultados, cujas identificações não foram reveladas.

### 3.2.3 Instrumento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados consistiu num questionário contendo questões abertas e fechadas, estruturado de forma a obter as seguintes informações:

**Quadro 4 - Informações levantadas pelo instrumento de coleta de dados**

Informações levantadas
Conhecimento sobre a inclusão escolar
Conhecimento sobre o autismo;
Nível de conhecimento sobre o autismo;
Experiência no ensino para alunos com autismo;
Desafios na relação com o aluno autista;
Dificuldades e desafios no ensino para alunos autistas;
Formação especializada.

Fonte: elaborado pela autora.

### 3.2.4 Procedimento de coleta de dados

A coleta de dados ocorreu em momentos distintos do Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC<sup>10</sup>), no início do segundo semestre do ano de 2020.

Antecedendo a ocasião da aplicação dos questionários, foi promovido um encontro com os professores da escola para apresentação da pesquisa e convite para participação mediante autorização da gestão escolar.

<sup>10</sup>Dentro da jornada de trabalho do professor, dois terços de sua carga horária devem ser cumpridos na sala de aula e outro terço desse tempo remunerado é destinado a atividades pedagógicas extraclasse, para que o docente planeje suas aulas e aperfeiçoe a sua prática pedagógica. Esta conquista, garantida na legislação brasileira, recebe o nome de horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC). Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/37/horario-de-trabalho-coletivo-pedagogico>

## CAPITULO IV

### APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados que seguem refletem o resultado da pesquisa realizada junto dos professores e foram coletados à luz dos referenciais teóricos cujos conceitos constituíram os pressupostos para esta pesquisa.

Referem-se ao conhecimento dos professores sobre inclusão escolar, autismo, experiência no ensino para alunos com autismo, desafios da prática pedagógica com o aluno autista e formação especializada em educação especial.

#### 4.1 Primeiro procedimento de análise

**Quadro 5 - Tempo de experiência em educação**

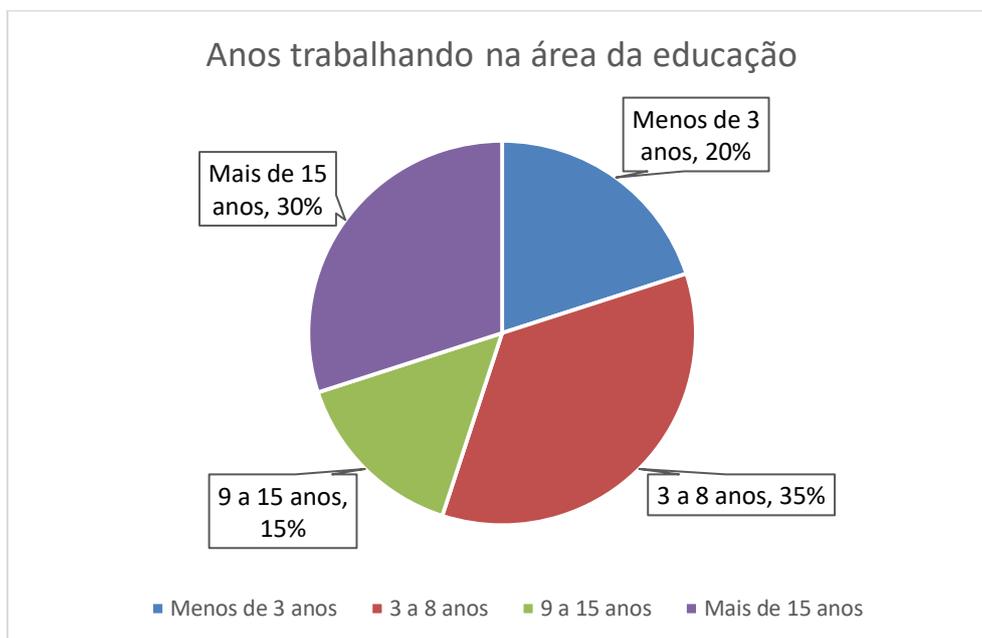
<b>Professores</b>	<b>Resposta</b>
P1 <sup>11</sup>	19 anos
P2	4 anos
P3	17 anos
P4	1 ano
P5	27 anos
P6	3 anos
P7	4 anos
P8	4 anos
P9	9 anos
P10	15 anos
P11	12 anos
P12	20 anos
P13	2 anos
P14	29 anos
P15	1 ano
P16	20 anos
P17	6 anos
P18	31 anos
P19	2 anos
P20	1 ano

**Fonte:** Dados obtidos com a aplicação dos questionários (elaborado pela autora)

---

<sup>11</sup> P<sub>N</sub> – professor/número

**Figura 3 - Tempo de experiência em educação**



**Fonte:** Dados obtidos com a aplicação dos questionários (elaborado pela autora)

Dentre os entrevistados, 45% têm mais de cinco anos de experiência enquanto que a 55% tem tempo menor de atuação na área.

**Quadro 6 - Conhecimento sobre o autismo**

Professores	Resposta
P1	Um transtorno e não tem cura
P2	Desconheço sobre o assunto
P3	Uma síndrome
P4	Uma deficiência
P5	Um transtorno
P6	Não sei dizer sobre o assunto ainda
P7	Transtorno
P8	Um transtorno
P9	Uma síndrome, sem cura
P10	Transtorno
P11	Transtorno
P12	Um transtorno
P13	Não sei falar sobre o assunto
P14	Não me interessa sobre o assunto
P15	Não sei
P16	Um transtorno, sem cura, porém com graus
P17	Uma síndrome
P18	Uma deficiência
P19	Um transtorno
P20	Uma deficiência

**Fonte:** Dados obtidos com a aplicação dos questionários (elaborado pela autora)

Dos entrevistados, 75% afirmaram conhecer TEA, enquanto que 25% desconhecem a síndrome. Transtorno, deficiência e síndrome são definições apresentadas para o autismo.

Diante do nível de conhecimento sobre TEA por aqueles que definiram o autismo e também pelo desconhecimento apresentado por alguns profissionais, percebe-se a necessidade de melhor informar os professores a respeito da síndrome do autismo, sobre o transtorno em si e em relação à pessoa autista.

É fundamental que toda a comunidade escolar, especialmente os gestores e os professores, tenha conhecimento sobre o TEA e o aluno autista, bem como sobre a complexidade envolvida na síndrome, uma vez que o conhecimento é o ponto de partida para a perspectiva da inclusão escolar na prática pedagógica com esses alunos.

**Quadro 7 - Cite alguns sintomas que caracterizam a criança autista**

<b>Professores</b>	<b>Resposta</b>
P1	O autista apresenta movimentos repetitivos
P2	A criança não se socializa
P3	A criança não tem interação com outras pessoas
P4	A criança autista chora muito
P5	É um transtorno que não tem cura
P6	É uma síndrome que tem vários graus de gravidade
P7	O autista tem uma inteligência superior
P8	O autista apresenta movimentos repetitivos e chora muito
P9	Não conheço sintomas de autismo
P10	A criança autista não se interage e tem dificuldade na fala
P11	É um transtorno que não tem cura
P12	Não conheço características do autismo
P13	A criança autista chora muito
P14	O autista chora muito e é muito inteligente
P15	O aluno autista tem dificuldades na fala
P16	Dificuldade na socialização
P17	O autista grita muito
P18	A criança autista chora bastante
P19	O autista é muito inteligente
P20	Não sei, mas vou procurar conhecer

**Fonte:** Dados obtidos com a aplicação dos questionários (elaborado pela autora)

A respeito dos sintomas que caracterizam a criança autista, obteve-se a apresentação de movimentos repetitivos, a falta de interação e socialização com outras pessoas, choro frequente, inteligência superior, dificuldade na fala e grito frequente. A inexistência de cura para o autismo e a gravidade segundo o grau de autismo também são de ciência daqueles que conhecem as características da síndrome.

Os apontamentos corroboram com os pressupostos teóricos contextualizados nesta pesquisa. O conhecimento sobre TEA dos profissionais consultados está focado no comportamento e na

linguagem da pessoa autista quais sejam: movimento repetitivos, falta de socialização, irritação e dificuldade com a fala. Os sintomas apresentados constituem o perfil da criança autista. É fundamental que este perfil seja conhecido pelos professores, uma vez que nele serão baseadas todas as práticas pedagógicas com o aluno autista.

**Quadro 8 - Já teve aluno autista em sala de aula?**

<b>Professores</b>	<b>Resposta</b>
P1	Não
P2	Não
P3	Sim
P4	Não
P5	Sim
P6	Não
P7	Não
P8	Não
P9	Sim
P10	Sim
P11	Sim
P12	Sim
P13	Não
P14	Sim
P15	Não
P16	Sim
P17	Não
P18	Não
P19	Não
P20	Não

**Fonte:** Dados obtidos com a aplicação dos questionários (elaborado pela autora)

**Figura 4 - Já teve aluno autista?**



**Fonte:** Dados obtidos com a aplicação dos questionários (elaborado pela autora)

Dos entrevistados, 40% já trabalharam com alunos autistas, ou seja, numa mesma escola convivem professores que atuam e professores que não atuam com esses estudantes especiais.

**Quadro 9 - Dificuldades enfrentadas na prática pedagógica com o aluno autista**

<b>Professores</b>	<b>Resposta</b>
P1	Falta material
P2	Falta apoio da gestão escolar
P3	Faltam cursos de formação
P4	Falta de apoio dos colegas professores
P5	Ações entre improviso e boa vontade
P6	Apoio apenas de profissionais envolvidos com o aluno autista
P7	Falta de apoio dos colegas professores
P8	Falta de apoio dos colegas professores
P9	Falta material
P10	Falta de apoio dos colegas professores
P11	Ações entre improviso e boa vontade
P12	Falta de perspectiva
P13	Falta de apoio dos colegas professores
P14	Falta de apoio dos colegas professores
P15	Preciso comprar o material necessário, a escola não fornece
P16	Falta formação especializada em educação especial
P17	Realidade cotidiana distante das teorias
P18	Governo não tem política pública de qualidade
P19	Insegurança
P20	Insegurança

**Fonte:** Dados obtidos com a aplicação dos questionários (elaborado pela autora)

Sobre as dificuldades, os professores disseram sentir a falta de material, de apoio da gestão escolar, de colegas professores, de formação especializada em educação especial e de políticas públicas. Também afirmaram sentirem-se solitários e inseguros na prática pedagógica com o aluno autista. As ações entre os improvisos e a boa vontade e a realidade cotidiana distante dos regulamentos e dos referenciais teóricos também foram apontados como dificuldades. As exposições revelaram um cenário devastador sobre a prática pedagógica com alunos autistas.

Visto isso, tem-se que, muito embora se discuta à luz dos estudos, das leis e das políticas de inclusão, a realidade prática e cotidiana das escolas está bem distante daquilo que se idealiza na esfera teórica. A inclusão escolar reside apenas nas teorias e nos regulamentos, distante ainda de ser efetiva na sua vertente prática.

Os professores, muitas vezes, se veem sozinhos, até mesmo sem o apoio da gestão da escola. Ainda assim, buscam o desenvolvimento de uma boa prática pedagógica e carregam sobre si o fardo das dificuldades, porém, têm alcançado bons resultados com os alunos autistas.

**Quadro 10 - Existe programa de formação em educação especial no seu município?**

<u>Professores</u>	<u>Resposta</u>
P1	Não
P2	Não
P3	Não
P4	Não
P5	Não
P6	Não
P7	Não
P8	Não
P9	Não
P10	Não
P11	Não
P12	Não
P13	Não
P14	Não
P15	Não
P16	Não
P17	Não
P18	Não
P19	Não
P20	Não

**Fonte:** Dados obtidos com a aplicação dos questionários (elaborado pela autora)

Não existe programa de formação em educação especial na cidade de trabalho dos professores consultados. Percebe-se, com isso, que a inclusão escolar não é efetiva no preparo do professor. Desse modo, a falta de acesso à qualificação em educação especial impacta negativa e diretamente a formação do aluno autista, haja vista que o conhecimento qualificado do professor é fundamental para o planejamento das atividades, a prática pedagógica e as relações que se estabelecem no processo de ensino-aprendizagem.

**Quadro 11 - Possui formação em AEE?**

<u>Professores</u>	<u>Resposta</u>
P1	Sim
P2	Não
P3	Sim
P4	Não
P5	Não
P6	Não
P7	Não
P8	Sim
P9	Não
P10	Sim
P11	Sim
P12	Não
P13	Não
P14	Não
P15	Não
P16	Sim
P17	Não
P18	Não
P19	Não
P20	Não

**Fonte:** Dados obtidos com a aplicação dos questionários (elaborado pela autora)

Dentre os professores, apenas seis deles afirmaram possuir formação em AEE. Os profissionais buscam a formação continuada por conta própria, o que revela um engajamento do educador na causa da inclusão escolar da criança autista, bem como na prática pedagógica com esse aluno.

**Quadro 12 - O que é inclusão escolar?**

<b>Professores</b>	<b>Resposta</b>
P1	Incluir quem está dentro da escola
P2	Incluir todos
P3	Inclusão é muito mais que incluir, significa equidade para todos
P4	Igualdade entre todos
P5	Criar condições igualitárias
P6	Incluir todos sem distinção
P7	Qualidade e igualdade a todos
P8	Dar autonomia com igualdade
P9	Criar mecanismos para incluir todos
P10	Oportunidades iguais
P11	Incluir todos
P12	Oportunizar com equidade a todos
P13	Igualdade para todos
P14	Cidadania e autonomia
P15	Incluir todos os envolvidos
P16	Oportunizar a todos com equidade
P17	Cidadãos críticos e autônomos
P18	Igualdade nas suas possibilidades
P19	Oportunidades a todos
P20	Incluir a todos

**Fonte:** Dados obtidos com a aplicação dos questionários (elaborado pela autora)

Todos os professores possuem conhecimento sobre a inclusão escolar e em relação a ela consideram: incluir quem está na escola, incluir todos de forma equitativa, igualdade entre todos, condições educacionais igualitárias, autonomia com equidade, criação de mecanismos para a inclusão educacional, oferta de oportunidades sem distinção, cidadania crítica e autonomia para todos, e incluir a todos. As informações sobre a inclusão escolar corroboram com o referencial teórico apresentado neste trabalho. Portanto, pode-se afirmar que a inclusão escolar é de conhecimento de todos os consultados.

Quadro 13 - Parceria com as famílias

Professores	Resposta
P1	Não
P2	Não
P3	Não
P4	Não
P5	Algumas vezes
P6	Não
P7	Algumas vezes
P8	Não
P9	Não
P10	Não
P11	Poucos se interessam
P12	Algumas vezes
P13	Desesperada, não podemos contar com ela
P14	Não
P15	Não
P16	A grande minoria se importa
P17	Poucas vezes
P18	Não
P19	Não
P20	Não

Fonte: Dados obtidos com a aplicação dos questionários (elaborado pela autora)

A parceria com as famílias é inexistente ou variável; não se pode contar com elas.

A falta da participação das famílias na rotina escolar da criança autista é um agravante à condição desse aluno, uma vez que a consonância da rotina escolar com a rotina doméstica é fundamental, devido aos distúrbios comportamentais da pessoa autista que, dentre tantos sintomas, apresenta a ritualização das rotinas.

Por fim, entende-se que neste primeiro procedimento de análise o objetivo geral “*analisar os desafios enfrentados na prática pedagógica com alunos autistas segundo a perspectiva da inclusão escolar*” foi contemplado.

#### 4.2 Segundo procedimento de análise

Sobre os objetivos específicos “*delinear um quadro referencial para a compreensão dos desafios encontrados na prática pedagógica com alunos autistas segundo a perspectiva da inclusão escolar; e refletir sobre os desafios encontrados e sobre possíveis condições de enfrentamento*” tem-se a contemplação de ambos, neste segundo procedimento de análise, com o quadro referencial e suas respectivas reflexões.

Quadro 14 - Quadro referencial

Desafios encontrados	Detalhamento	Quadros de respostas – item 4.1
Nível de conhecimento sobre o autismo	Desconhecimento, visão geral ou conhecimento básico.	3
Definição de autismo	Deficiência; Síndrome; Transtorno que varia de moderado a grave; Transtorno sem cura.	3
Descrição de sintomas da criança autista	Apresentação de inteligência superior em relação às outras crianças; Choro frequente; Dificuldade com a fala; Falta de interação e socialização com outras crianças; Grito frequente; Movimentos repetitivos.	4
Dificuldades na prática pedagógica com o aluno autista	Prática pedagógica entre improviso e boa vontade; Carência de material; Falta de apoio da gestão escolar e de colegas professores; Falta de formação especializada em educação especial; Falta de perspectiva; Prática distante da teoria; Políticas públicas de baixa qualidade.	6 7 8 10
Dificuldades da inclusão escolar da criança autista em escola de educação regular	Conhecimento superficial sobre o conceito de inclusão escolar; Falta de formação especializada em educação especial; Inexperiência do professor	5 6 7 8 9

Fonte: Dados obtidos com a aplicação dos questionários (elaborado pela autora)

Conforme os pressupostos teóricos e referenciais desta pesquisa, o conhecimento sobre o conceito, a definição e as características da criança autista é fundamental ao professor que atua com a inclusão escolar desse aluno em escola de ensino regular, pois é com base nesse embasamento que se percebe o aluno como uma pessoa que possui uma condição comportamental específica que poderá impactar na relação que será estabelecida no processo de ensino-aprendizagem. Assim, o conhecimento sobre o TEA deve ser a base principal para a prática pedagógica com a pessoa autista na perspectiva da inclusão escolar.

O professor que estabelece relações de ensino e aprendizagem com a criança autista, seja na sala de aula regular ou no Atendimento Educacional Especializado, precisa possuir sólida formação em educação especial, por meio de programas específicos de qualificação. Contudo, a falta de formação especializada e a falta de experiência profissional são recorrentes na prática pedagógica

do professor com os alunos autistas, o que pode comprometer o desenvolvimento desse estudante e suscitar dúvidas sobre a eficácia das iniciativas de inclusão escolar.

A adaptação do ambiente escolar, a disponibilidade de material didático especializado, o apoio da gestão, dos professores e demais profissionais da escola são aspectos determinantes para o sucesso da prática pedagógica com a criança autista. No entanto, percebe-se que estes aspectos ainda não são plenamente atendidos.

Outro fator determinante é o conhecimento sobre o processo de inclusão escolar, demandando qualificação e experiência, especialmente da gestão da escola e dos professores que atuarão diretamente com a inclusão da criança autista.

Com a situação diagnosticada, afirma-se que a educação ainda é um território infértil para a vertente prática das políticas públicas de inclusão de crianças autistas, mais pelo distanciamento entre teoria e prática e falta de investimentos educacionais, e menos pelas escolas e profissionais da educação.

Assim, faz-se necessário abordar pontualmente cada desafio aqui encontrado e analisá-lo à luz dos instrumentos regulatórios e dos estudos referenciais, contextualizando-os à realidade das escolas, dos alunos, e de toda a rede de apoio envolvida, ao mesmo tempo, em que uma reflexão mais ampla se faz necessária, tendo em vista uma emancipação educacional na formação dos futuros cidadãos, para uma sociedade mais justa, humanizada e equitativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito deste trabalho, constatou-se que o papel das escolas na perspectiva da inclusão escolar é fundamental no processo de formação da criança autista. No entanto, embora a inclusão seja garantida por leis, o seu cumprimento pleno ainda está distante de ser efetivo.

Cinco aspectos são fundamentais para a inclusão escolar de crianças autistas e, ao mesmo tempo, apresentam-se como os principais desafios – a vertente prática da inclusão escolar, a formação especializada do professor, a convivência entre alunos autistas e não autistas em sala de aula regular, a equidade educacional e o apoio das famílias. Estes aspectos evidenciam a relevância do papel da escola no processo de ensino e aprendizagem da criança autista. Contudo, é preciso que os desafios sejam superados.

Tem-se que chamar a atenção para a necessidade de as escolas se posicionarem sobre o processo de inclusão escolar de alunos autistas, num diálogo com as instâncias de tomadas de decisão, de forma a refletir e discutir, vislumbrando uma nova visão e perspectiva sobre esse processo.

É preciso que se estabeleçam protocolos escolares de acolhimento e inclusão, o que exige reorganização de todo o planejamento escolar, envolvendo processos, ações e recursos humanos e materiais.

Compete às escolas e aos professores o enfrentamento dos desafios da inclusão, de forma a permitir o desenvolvimento de competências cognitivas e sociais das crianças autistas, levando em conta as demandas especiais de ensino e aprendizagem que devem orientar as ações pedagógicas do professor na relação destas demandas, com o aluno.

A inclusão escolar de crianças com necessidades especiais, como o autismo, exige das escolas não apenas o conhecimento sobre o autismo, mas também uma consciência social sobre o processo de inclusão escolar em atendimento às demandas das necessidades especiais, e essa conscientização deve nortear todas as ações da escola, desde a matrícula até a inclusão propriamente.

É fundamental que os mesmos organismos que criam leis, decretos e políticas, criem também artifícios de incentivo e investimento nas escolas e na formação dos professores, tendo em vista a aquisição de recursos apropriados às peculiaridades da educação especial e à formação especializada em educação especial dos professores.

Concretizar a inclusão escolar não tem sido um processo fácil, porém, os resultados têm apontado impactos positivos na aprendizagem, no desenvolvimento e na inclusão social dos alunos autistas

A relação que precisa ser estabelecida com as famílias deve focar a formação do aluno segundo o grau de autismo que apresenta, bem como os distúrbios de comportamentos e linguagem, ao mesmo tempo, em que família e escola poderão encontrar apoio entre si no atendimento e assistência à criança autista.

É preciso que as escolas e as famílias reflitam sobre os seus papéis, tendo em consideração que atividades pontuais e atividades diferenciadas são importantes no atendimento à criança, colaborando para que ela receba estímulos pertinentes à sua condição.

A rotina precisa fazer parte da vida da criança autista. Assim, acredita-se que, a partir do hábito diário, as atividades propostas poderão ser mais bem compreendidas, proporcionando aprendizado e maior autonomia.

Em que pese a complexidade do TEA e todas as dificuldades apontadas no cenário da inclusão escolar, ainda assim espera-se que os resultados e experiências expressos nessa pesquisa sejam instrumentos úteis na busca de novas perspectivas, que precisam ser mais coerentes com as realidades das escolas e dos estudantes autistas.

Assim, tem-se que este trabalho, tendo contemplado o seu percurso, traz contribuições relevantes ao cenário da inclusão escolar de crianças autistas, na forma de reflexões e discussões que poderão fomentar novos olhares e novas propostas.

Em relação ao processo de formação profissional, aproveito para fazer uma reflexão sobre o meu percurso, tendo como base o meu estado de formação e conhecimento no momento em que ingressei no mestrado, em uma comparação com o nível que me encontro.

Refletir e discutir a realidade da educação a partir da prática cotidiana, com o resgate dos marcos legais e pressupostos teóricos que norteiam a prática pedagógica, o ensino e a aprendizagem nas escolas, e em um diálogo que permite a interação entre a comunidade escolar e a ciência, no sentido da análise dos desafios à luz de metodologias, foi uma oportunidade transformadora, tanto na vida pessoal, tornando-me ainda mais engajada e crítica diante da realidade, e na esfera profissional, uma vez que, conhecidos e mapeados os desafios, sinto-me mais preparada para integrar ou mobilizar iniciativas em prol de uma educação mais humana, universal e inclusiva, para todos.

## REFERÊNCIAS

- AINSCOW, M. Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada. In: FÁVERO, O. et al. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.
- ALCANTARA, Elissandra Barreto de Oliveira de. O autismo e os processos pedagógicos. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. v. 5, n. 4, 2020. Disponível em <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/processos-pedagogicos>
- AMARAL, M. B. et al. Breve histórico da educação inclusiva e algumas políticas de inclusão: um olhar para as escolas em Juiz de Fora. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, n. 16, jan./jul. 2014. Disponível em <http://re.granbery.edu.br> Acesso em 15 dez. 2020.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. 5th. Washington, DC: APA, 2000. Disponível em <https://behavenet.com/diagnostic-and-statisticalmanual-mental-disorders-fourth-edition-text-revision>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- AMIRALIAN, M. L. T. M. **Psicologia do excepcional**. São Paulo: EPU, 1986.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- BARBOSA, M. O; FUMES, N. L. F. **O Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o educando com autismo**: a voz dos professores da sala de recurso multifuncionais. Brasília: Congresso Brasileiro de Educação Especial, 2012.
- BARON-COHEN, S. Autismo: uma alteração cognitiva de “cegueira mental”. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, v. 24, p. 407-430, 1990.
- BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. Inclusão escolar: o papel dos agentes educacionais brasileiros. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 4, 2015, p. 1007-1023. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000652014> Acesso em 21 jan. 2021.
- BIANCHI, Rafaela Cristina. **A educação de alunos com transtornos do espectro autista no ensino regular**: desafios e possibilidades. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado Profissional – Políticas Públicas). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

DAMASCENO, João Carlos Bittercourt. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**: uma análise a partir da educação popular. 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação - Sociocomunitária). Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Programa de Pós Graduação Stricto Sensu.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 11**, de 7 de julho de 2020, que traz orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia. Brasília: CNE, 2020. Disponível em [www.portal.gov.mec.br](http://www.portal.gov.mec.br) . Acesso em 01 fev. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 3.956**, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: [s.n.], 2001.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da educação básica 2019**: notas estatísticas. Brasília, 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: Brasília DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

Brasil. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm) Acesso em 05 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 04**, de 02 de outubro de 2009. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em 20 de janeiro de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência. **Protocolo do Estado de São Paulo de Diagnóstico, tratamento e Encaminhamento de Pacientes com o Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. São Paulo, 2013.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: autismo**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

BRIGHENTE, Miriam Furlan; MESQUIDA, Peri. Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. **Pro-Posições**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 155-177, Apr. 2016. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072016000100155&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072016000100155&lng=en&nrm=iso) Acesso em 11 abril 2021.

CARVALHO, Danielle Pereira de. **Autismo**. 2014. 40 f. Monografia (Especialização em Educação Especial e Inclusiva) – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro. Disponível em: Acesso em: 15 nov. 2015.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

CAVACO, N. **Minha criança é diferente?** Diagnóstico, prevenção e estratégia de intervenção e inclusão das crianças autistas e com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

CHIOTE, F. de. A. B. **Inclusão da criança com autismo na educação infantil: trabalhando a mediação pedagógica**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

COMUNIDADE ASPERGER – TEA. **A alegria do autismo**. 2016. Disponível em <https://www.facebook.com/SindromedeAspergerAUTISMO/posts/1323509114334127/>. Acesso em 05 jan. 2021.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

CUNHA, E. **Autismo na escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

DANTAS, Matheus. Crianças especiais: a inclusão sócio-educacional. **Especialíssimo Jornal**, Educação, jun. 2017. Disponível em <https://especialissimojornal.wordpress.com/2017/06/01/a-inclusao-socio-educacional-para-criancas-especiais/> Acesso em 5 mar. 2021.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, Acesso e Qualidade. Espanha: Unesco, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GAUDERER, C. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento**: guia prático para pais e profissionais. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.

GIACONI, Catia; RODRIGUES, Maria Beatriz. Organização do espaço e do tempo na inclusão de sujeitos com autismo. **Educação e Realidade**, v. 39, n. 3, p. 687-705, jul./set. 2014. Disponível em: [Revista Educação & Realidade \(ufrgs.br\)](http://RevistaEducação&Realidade(ufrgs.br)) Acesso em 21 jan. 2021.

GIARDINETTO, A. **A educação do aluno com autismo**: um estudo circunstanciado da experiência escolar inclusiva e as contribuições do currículo funcional natural. Tese (doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, 2009.

GUEDES, Nelzira Prestes da Silva; TADA, Iracema Neno Cecilio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 31, n. 3, 2015, p. 303-309.

HANSEL, Ana Flávia; ZYCH, Anizia Costa; GODOY, Miriam Adalgisa Bedim. **Fundamentos da educação inclusiva**. Guarapuava/PR: Unicentro, 2014. Disponível em <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/911/5/Fundamentos%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva.pdf>

INCLUSIVE. Inclusão e Cidadania. **Dez coisas que todo aluno com autismo gostaria que a professora soubesse**. Contém depoimento de Henry Ford. 26 mar. 2012. Disponível em <https://www.inclusive.org.br/arquivos/22243>. Acesso em 5 mar. 2021.

KUBASKI, C. **A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo na perspectiva de seus professores**: estudo de caso de quatro escolas do município de Santa Maria/RS. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos pedagógicos da inclusão**: contornando e ultrapassando barreiras. 2003. Disponível em: [www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/caminhos\\_pedagogicos\\_da\\_inclusao.htm](http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/caminhos_pedagogicos_da_inclusao.htm) Acesso em: 04 jan. 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. *In: Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais*. São Paulo: Scipione, 1998.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MARQUES, C. **Perturbações do espectro do autismo**: ensaio de uma intervenção construtivista desenvolvimentista com mães. Dissertação de mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, 1998.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo**: guia prático. São Paulo: AMA, 2001.

MENALI, Sabrina Marques Garcia. **Autismo e professor**: desafios educacionais e reflexões no processo de inclusão. Orientação de Guilherme do Val Toledo Prado. Campinas: Unicamp. 2015.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000951669&opt=4> Acesso em 04 jan. 2021.

MAPOS, Larriane Karen de; FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda. Perfil escolar e as habilidades cognitivas e de linguagem de crianças e adolescentes do espectro do autismo. **CoDAS**, v. 28, n. 3, p. 234-243, 2016. DOI: 10.1590/2317-1782/20162015023. Acesso em: 21 jan. 2021.

MONTEIRO, Lilian. Educação. **Estado de Minas**, Saúde, 15 abr. 2019. Disponível em [https://www.em.com.br/app/noticia/bem-viver/2019/04/15/interna\\_bem\\_viver,1045995/se-a-educacao-e-para-todos-mais-do-que-nunca-ela-precisa-ser-inclusiv.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/bem-viver/2019/04/15/interna_bem_viver,1045995/se-a-educacao-e-para-todos-mais-do-que-nunca-ela-precisa-ser-inclusiv.shtml) Acesso em 5 mar. 2021.

OMS afirma que autismo afeta uma em cada 160 crianças no mundo. **Onu News**, 2 abr. 2017. Disponível em <https://news.un.org/pt/audio/2017/04/1201661>. Acesso em 20 jan. 2021.

ORRÚ, S. E. **Autismo, linguagem e educação**: interação social no cotidiano escolar. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

ORRÚ, E. S. **Autismo**: o que os pais devem saber? Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

PACHECO, J. et al. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PAULON, S. M; FREITAS, L. B. L.; PINHO, G. S. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

PEREIRA, E. **Autismo**: do conceito à pessoa. Lisboa: Secretariado de Reabilitação e Integração das Pessoas com deficiência, 1996.

PIMENTEL, Ana Gabriela Lopes; FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda. A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo. **Audiol. Commun. Res.** v. 19, n. 2, p. 171-8, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S2317-64312014000200012>. Acesso em 21 jan. 2021.

PIRES, J. Por uma ética da inclusão. *In*: MARTINS, L. A. R. et al. (Orgs.) **Inclusão**: compartilhando saberes. Petrópolis: Vozes, 2006.

QUINTANA, Mario. Das utopias. *In: Espelho mágico*. Porto Alegre: Globo, 1951.

RAMOS, M. B. J.; FARIA, E. T. **Aprender e ensinar**: diferentes olhares e práticas. Porto Alegre: PUCRS, 2011.

REVISTA CRESCER. **Em poema, menino autista de 10 anos descreve como é viver com o transtorno**. 24 jan. 2019. Disponível em <https://revistacrescer.globo.com/Curiosidades/noticia/2019/01/em-poema-menino-autista-de-10-anos-descreve-como-e-viver-com-o-transtorno.html> Acesso em 05 jan. 2021.

REVISTA SUBVERSA. “Tempo“ e “Sentido”: poemas de Pedro de Lucena. 23 jul. 2018. Disponível em <http://revistasubversa.com/coluna/tempo-e-sentido-poemas-de-pedro-de-lucena-recife-pe-correntezas/> Acesso em 5 mar. 2021.

SAPON-SHEVIN, M. Celebrando a diversidade, criando a comunidade: o currículo que honra as diferenças baseando-se nelas. *In: STAINBACK, Suzan; STAINBACK, Willian. Inclusão: guia para educadores*. Editora Artmed, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Integração e Inclusão: do que estamos falando? **Temas sobre desenvolvimento**, v.7, n.39. 1998.

SILVA, A. B. B.; GAIATO, M. B.; REVELES, L. T. **Mundo singular**: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SCHWARTZMAN, José Salomão. Autismo e outros transtornos do espectro autista. **Revista Autismo**. 15 set. 2010. Disponível em <https://www.revistaautismo.com.br/numero/000/autismo-e-outros-transtornos-do-espectro-autista/>. Acesso em 04 jan. 2021.

SPROVIERI, M. H. S.; ASSUMPCAO JR, F. B. Dinâmica familiar de crianças autistas. **Arq. neuro-psiquiatr.**, São Paulo, v. 59, n. 2A, p. 230-237, Junho, 2001. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0004-282X2001000200016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X2001000200016&lng=en&nrm=iso). Acesso em 20 de janeiro de 2020.

STAINBACK, Suzan; STAINBACK, Willian. **Inclusão**: guia para educadores. Editora Artmed, 1999.

TAMANAHARA, A. C; PERISSINOTO, J; CHIARI, B. M. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger. **Rev. soc. bras.**

**fonoaudiol.**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 296-299, 2008. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-80342008000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-80342008000300015&lng=en&nrm=iso)

TEIXEIRA, Gustavo. **Manual dos transtornos escolares**: entendendo os problemas de crianças e adolescentes na escola. 6. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2015. 240 p.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, Jomtien, 1990. Ed/90/CONF/205/1, 1998. Disponível:  
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

WEIZENMANN, L. S.; PEZZI, F. A. S.; ZANON, R. B. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, e217841, 2020. Disponível em  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572020000100343&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572020000100343&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 26 fev. 2021.

## APÊNDICES

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



### LOGOS UNIVERSITY INTERNATIONAL

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este é um convite para você participar da pesquisa **Autismo: A CRIANÇA AUTISTA NA ESCOLA: UMA ANÁLISE SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR E A PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os desafios enfrentados na prática pedagógica com alunos autistas segundo a perspectiva da inclusão escolar, tendo em vista contribuir com novos olhares e fomentar as discussões sobre o atendimento escolar de crianças com necessidades especiais.

Como objetivos específicos têm-se que:

- ✓ Identificar os desafios que dificultam os avanços da inclusão escolar de crianças autistas.
- ✓ Analisar os desafios encontrados segundo a perspectiva da inclusão escolar e as especificidades dos alunos autistas.
- ✓ Delinear um quadro referencial para a compreensão dos desafios encontrados na prática pedagógica com alunos autistas segundo a perspectiva da inclusão escolar.

A realização da pesquisa significará uma grande contribuição aos estudos desenvolvidos na área de autismo e sua inclusão escolar às quais têm uma história de negação às suas possibilidades de participação escolar e social.

Logo, seu consentimento livre e esclarecido para dela participar representará uma atitude cidadã e os riscos serão mínimos, com a inteira liberdade de não responder às questões a respeito das quais não deseja emitir opinião.

Garante-se o compromisso que os dados (imagens, fotografias, som) serão utilizados exclusivamente para a execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no presente projeto de forma anônima.

Eu, \_\_\_\_\_, CPF:  
\_\_\_\_\_, ciente do que foi exposto, acredito ter sido informado de maneira satisfatória a respeito da pesquisa, tendo ficado claros os propósitos do estudo, assim como os procedimentos, seus riscos, benefícios, a garantia de confidencialidade e esclarecimentos.  
Concordo em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer dano e/ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.  
Concordo com a utilização das minhas respostas sem identificação do meu nome, apenas com nome fictício em publicações associadas.  
Declaro que recebi cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

\_\_\_\_\_  
Pesquisador responsável

## Roteiro de perguntas

1. Há quantos anos está trabalhando na área da educação?  
 Até 3 anos  
 4 a 7 anos  
 8 a 11 anos  
 12 a 15 anos  
 16 a 19 anos  
 mais de 20 anos
2. O que sabe sobre autismo?
3. Como definiria o seu grau de propriedade sobre o assunto?
4. Cite algumas características da criança autista.
5. Já teve aluno autista em sala de aula?  
5.1 Descreva a sua atuação e como se estabeleceu a sua relação com o aluno.
6. Cite seus desafios quando se trata da relação com o aluno autista.
7. No seu município, há formações para os professores para desenvolverem trabalho educacional com crianças autistas?
8. O que é inclusão escolar?
9. No que se refere às famílias dessas crianças, o que se pode dizer no sentido de participação?
10. Tem formação em AEE ou alguma formação, que possa ajudá-lo com alunos autistas dentro da sala de aula?

## Respostas

### Professor 1

1. Há quantos anos está trabalhando na área da educação?

- Até 3 anos
- 4 a 7 anos
- 8 a 11 anos
- 12 a 15 anos
- 16 a 19 anos
- mais de 20 anos

2. O que sabe sobre autismo?

Resposta: Transtorno e não tem cura.

3. Como definiria o seu grau de propriedade sobre o assunto?

Resposta: Estudo bastante sobre o assunto.

4. Cite algumas características da criança autista.

Resposta: Dificuldade com a linguagem na interação e movimentos repetitivos.

5. Já teve aluno autista em sala de aula?

Resposta: Não.

5.1 Descreva a sua atuação e como se estabeleceu a sua relação com o aluno.

Resposta:

6. Cite seus desafios quando se trata da relação com o aluno autista.

Resposta: Falta de material, falta de formação e muitos alunos na sala.

7. No seu município, há formações para os professores para desenvolverem trabalho educacional com crianças autistas?

Resposta: Não.

8. O que é inclusão escolar?

Resposta: Incluir quem está dentro da escola.

9. No que se refere às famílias dessas crianças, o que se pode dizer no sentido de participação?

Resposta: Nenhuma.

10. Tem formação em AEE ou alguma formação, que possa ajudá-lo com alunos autistas dentro da sala de aula?

Resposta: Sim.

## Professor 2

1. Há quantos anos está trabalhando na área da educação?

- Até 3 anos
- 4 a 7 anos
- 8 a 11 anos
- 12 a 15 anos
- 16 a 19 anos
- mais de 20 anos

2. O que sabe sobre autismo?

Resposta: Desconheço sobre o assunto.

3. Como definiria o seu grau de propriedade sobre o assunto?

Resposta: Não tenho muita propriedade.

4. Cite algumas características da criança autista.

Resposta: Não socializa, movimentos repetitivos.

5. Já teve aluno autista em sala de aula?

Resposta: Não.

5.1 Descreva a sua atuação e como se estabeleceu a sua relação com o aluno.

Resposta:

6. Cite seus desafios quando se trata da relação com o aluno autista.

Resposta: Falta de apoio da gestão, falta de formação, e muitos alunos em sala.

7. No seu município, há formações para os professores para desenvolverem trabalho educacional com crianças autistas?

Resposta: Não.

8. O que é inclusão escolar?

Resposta: Incluir todos.

9. No que se refere às famílias dessas crianças, o que se pode dizer no sentido de participação?

Resposta: Quase nenhuma, pois as famílias acham que é obrigação da escola resolver todos os problemas.

10. Tem formação em AEE ou alguma formação, que possa ajudá-lo com alunos autistas dentro da sala de aula?

Resposta: Não.

### Professor 3

1. Há quantos anos está trabalhando na área da educação?

- ( ) Até 3 anos
- ( ) 4 a 7 anos
- ( ) 8 a 11 anos
- ( ) 12 a 15 anos
- ( x ) 16 a 19 anos
- ( ) mais de 20 anos

2. O que sabe sobre autismo?

Resposta: Uma síndrome.

3. Como definiria o seu grau de propriedade sobre o assunto?

Resposta: Procuro sempre ir atrás.

4. Cite algumas características da criança autista.

Resposta: Chora muito, é um transtorno.

5. Já teve aluno autista em sala de aula?

Resposta: Sim.

5.1 Descreva a sua atuação e como se estabeleceu a sua relação com o aluno.

Resposta:

6. Cite seus desafios quando se trata da relação com o aluno autista.

Resposta: Falta de cursos, falta de apoio da gestão e da SE, e muitos alunos em sala.

7. No seu município, há formações para os professores para desenvolverem trabalho educacional com crianças autistas?

Resposta: Não.

8. O que é inclusão escolar?

Resposta: Igualdade a todos.

9. No que se refere às famílias dessas crianças, o que se pode dizer no sentido de participação?

Resposta: Não podemos contar com eles, é isso. É desesperador, muitas vezes não querem aceitar e isso faz com que a professora se vire sozinha.

10. Tem formação em AEE ou alguma formação, que possa ajudá-lo com alunos autistas dentro da sala de aula?

Resposta: Sim.

#### Professor 4

1. Há quantos anos está trabalhando na área da educação?

- Até 3 anos
- 4 a 7 anos
- 8 a 11 anos
- 12 a 15 anos
- 16 a 19 anos
- mais de 20 anos

2. O que sabe sobre autismo?

Resposta: Autismo é um transtorno que a pessoa tem e não tem cura.

3. Como definiria o seu grau de propriedade sobre o assunto?

Resposta: Não sei muita coisa, pois na faculdade não aprendemos muito sobre isso.

4. Cite algumas características da criança autista.

Resposta: A criança chora muito e não se socializa com seus colegas.

5. Já teve aluno autista em sala de aula?

Resposta: Não, ainda não tive.

5.1 Descreva a sua atuação e como se estabeleceu a sua relação com o aluno.

Resposta:

6. Cite seus desafios quando se trata da relação com o aluno autista.

Resposta: Sempre estamos sozinhas e não podemos contar com a gestão da escola, falta de material e professores despreparados.

7. No seu município, há formações para os professores para desenvolverem trabalho educacional com crianças autistas?

Resposta: Não, às vezes são oferecidos em forma de sorteio.

8. O que é inclusão escolar?

Resposta: Criar condições igualitárias a todos os envolvidos.

9. No que se refere às famílias dessas crianças, o que se pode dizer no sentido de participação?

Resposta: Infelizmente não, as famílias deixaram de ter responsabilidade e jogaram para a escola a responsabilidade que eram deles.

10. Tem formação em AEE ou alguma formação, que possa ajudá-lo com alunos autistas dentro da sala de aula?

Resposta: Não.

## Professor 5

1. Há quantos anos está trabalhando na área da educação?

- Até 3 anos
- 4 a 7 anos
- 8 a 11 anos
- 12 a 15 anos
- 16 a 19 anos
- mais de 20 anos

2. O que sabe sobre autismo?

Resposta: Um transtorno que não tem cura, o autismo tem graus que podem ser leves ao grave. A criança tem movimentos repetitivos e não tem muita interação (quase nenhuma) com as pessoas.

3. Como definiria o seu grau de propriedade sobre o assunto?

Resposta: Não sabia muito sobre o assunto até minha irmã descobrir que tinha um filho autista. Fui estudar sobre o assunto e até fiz uma pós para que pudesse ajudá-la e ajudar minhas crianças.

4. Cite algumas características da criança autista.

Resposta: A criança chora bastante, não interage com o grupo. Tem movimentos repetitivos e depende do grau do seu transtorno, é muito inteligente.

5. Já teve aluno autista em sala de aula?

Resposta: Sim.

5.1 Descreva a sua atuação e como se estabeleceu a sua relação com o aluno.

Resposta: Procurei ajuda com a professora do AEE da escola. Mas também procurei cursos e especializações que pudessem me ajudar.

6. Cite seus desafios quando se trata da relação com o aluno autista.

Resposta: O professor está sempre dando um jeito, falta formação para assuntos como esse. Falta ajuda com a gestão.

7. No seu município, há formações para os professores para desenvolverem trabalho educacional com crianças autistas?

Resposta: Não. Infelizmente acredito que essa seja uma reclamação dos professores da rede inteira.

8. O que é inclusão escolar?

Resposta: Criar condições igualitárias para todos os alunos com qualidade.

9. No que se refere às famílias dessas crianças, o que se pode dizer no sentido de participação?

Resposta: Algumas vezes, pois são poucas as famílias que se interessam com a vida escolar do filho.

10. Tem formação em AEE ou alguma formação, que possa ajudá-lo com alunos autistas dentro da sala de aula?

Resposta: Não.

## Professor 6

1. Há quantos anos está trabalhando na área da educação?

- Até 3 anos
- 4 a 7 anos
- 8 a 11 anos
- 12 a 15 anos
- 16 a 19 anos
- mais de 20 anos

2. O que sabe sobre autismo?

Resposta: Como sou nova na rede e também na educação, desconheço sobre o assunto, infelizmente ainda não sei muita coisa.

3. Como definiria o seu grau de propriedade sobre o assunto?

Resposta: Ouvi algumas coisas na faculdade, pois temos aulas obrigatórias sobre determinados assuntos, porém infelizmente não tenho propriedade para dizer e ir a fundo.

4. Cite algumas características da criança autista.

Resposta: Sei que eles choram bastante, pois sempre que passava no corredor da escola via um autista na creche que chorava muito. Existem vários graus, percebi isso porque perguntei para as professoras porque ele chorava muito e elas explicavam que o grau dele era moderado.

5. Já teve aluno autista em sala de aula?

Resposta: Não, não sei te dizer se isso é bom ou não, pois caso eu um dia tenha não sei nem como lidar com a situação, uma coisa é a teoria, outra é a prática.

5.1 Descreva a sua atuação e como se estabeleceu a sua relação com o aluno.

Resposta:

6. Cite seus desafios quando se trata da relação com o aluno autista.

Resposta: Infelizmente só contamos com as parceiras. Parece que esquecem da gente dentro da sala e os problemas precisam ser resolvidos entre nós.

7. No seu município, há formações para os professores para desenvolverem trabalho educacional com crianças autistas?

Resposta: Não.

8. O que é inclusão escolar?

Resposta: Incluir a todos sem distinção, infelizmente é o aluno que precisa se adequar a escola quando isso deveria ser ao contrário.

9. No que se refere às famílias dessas crianças, o que se pode dizer no sentido de participação?

Resposta: Nenhuma participação. Vemos nas reuniões de pais que muitas vezes temos que convocar para o comparecimento.

10. Tem formação em AEE ou alguma formação, que possa ajudá-lo com alunos autistas dentro da sala de aula?

Resposta: Não.

## Professor 7

1. Há quantos anos está trabalhando na área da educação?

- ( ) Até 3 anos
- ( x ) 4 a 7 anos
- ( ) 8 a 11 anos
- ( ) 12 a 15 anos
- ( ) 16 a 19 anos
- ( ) mais de 20 anos

2. O que sabe sobre autismo?

Resposta: Sei que o autismo é um transtorno, e não uma dança. Existem vários fatores explicando sobre isso.

3. Como definiria o seu grau de propriedade sobre o assunto?

Resposta: Apreendi algumas coisas na faculdade, em algumas matérias que são obrigatórias.

4. Cite algumas características da criança autista.

Resposta: A pessoa autista é muito inteligente, na faculdade foi explicado sobre isso.

5. Já teve aluno autista em sala de aula?

Resposta: Não, mas tenho medo de ter. Não sei nem o que fazer com um aluno autista. Que tipo de atividade posso trabalhar com ele?

5.1 Descreva a sua atuação e como se estabeleceu a sua relação com o aluno.

Resposta:

6. Cite seus desafios quando se trata da relação com o aluno autista.

Resposta: Estamos sempre sozinhas, sempre contamos com nós mesmos. E isso é uma realidade vivenciada nos dias atuais.

7. No seu município, há formações para os professores para desenvolverem trabalho educacional com crianças autistas?

Resposta: Não.... Os cursos oferecidos são sempre em horário que nós da creche não conseguimos concluir. Cursos que são feitos sorteios entre a creche toda, um absurdo.

8. O que é inclusão escolar?

Resposta: Qualidade e igualdade a todos, mas quando digo isso penso que o professor vai pensar em estratégias, para que isso aconteça de forma igualitária, nunca deixando de lado a qualidade para todos.

9. No que se refere às famílias dessas crianças, o que se pode dizer no sentido de participação?

Resposta: Algumas famílias, porém são poucas que tem essa intenção de ajudar e de querer ajuda.

10. Tem formação em AEE ou alguma formação, que possa ajudá-lo com alunos autistas dentro da sala de aula?

Resposta: Não.

## Professor 8

1. Há quantos anos está trabalhando na área da educação?

- Até 3 anos
- 4 a 7 anos
- 8 a 11 anos
- 12 a 15 anos
- 16 a 19 anos
- mais de 20 anos

2. O que sabe sobre autismo?

Resposta: Sei que não é doença e sim um transtorno que pelos estudos que ainda não foi comprovado nada, pode acontecer em crianças prematuras.

3. Como definiria o seu grau de propriedade sobre o assunto?

Resposta: Nunca tive aluno autista, mas tento correr atrás de muitas coisas, pois não sei lidar com essa situação. Hoje sempre que posso, procuro e vou atrás das coisas para ajudar meus alunos.

4. Cite algumas características da criança autista.

Resposta: Os autistas normalmente choram bastante, principalmente quando não conhecem a professora ou tenha qualquer tipo de afinidade com ela e a turma. Normalmente tem movimentos repetitivos, principalmente com a cabeça e as mãos.

5. Já teve aluno autista em sala de aula?

Resposta: Nunca tive, porém procuro sempre estar lendo e estudando sobre o assunto.

5.1 Descreva a sua atuação e como se estabeleceu a sua relação com o aluno.

Resposta:

6. Cite seus desafios quando se trata da relação com o aluno autista.

Resposta: Contamos sempre com nós mesmas, pois a escola é muito grande e não tem nem como lidar com tanta demanda de situações e problemas.

7. No seu município, há formações para os professores para desenvolverem trabalho educacional com crianças autistas?

Resposta: Não. Sinto falta disso, sou professora de creche e nunca consigo fazer qualquer curso, porém eles nem tem continuidade é sempre feito em rodízio para oportunizar quem nunca foi.

8. O que é inclusão escolar?

Resposta: Dar autonomia com igualdade e quando digo isso é porque cada criança tem sua singularidade e seu tempo.

9. No que se refere às famílias dessas crianças, o que se pode dizer no sentido de participação?

Resposta: Não vejo muitas famílias participando da vida individual do seu filho. Procuram sempre fingir que nada acontece.

10. Tem formação em AEE ou alguma formação, que possa ajudá-lo com alunos autistas dentro da sala de aula?

Resposta: Sim.

## Professor 9

1. Há quantos anos está trabalhando na área da educação?

- ( ) Até 3 anos
- ( ) 4 a 7 anos
- ( x ) 8 a 11 anos
- ( ) 12 a 15 anos
- ( ) 16 a 19 anos
- ( ) mais de 20 anos

2. O que sabe sobre autismo?

Resposta: Sei que é uma síndrome, tem tratamento, porém ainda não tem cura. Estudos falam que podem ser por muitos motivos, mas nada ainda comprovado.

3. Como definiria o seu grau de propriedade sobre o assunto?

Resposta: Sei poucas coisas, pois não tenho muito tempo para estudar.

4. Cite algumas características da criança autista.

Resposta: Não sei te dizer agora no momento o que aprendi nas formações para mim era desconhecido.

5. Já teve aluno autista em sala de aula?

Resposta: Sim, porém quase não dava para perceber e o aluno não tinha nenhum laudo.

5.1 Descreva a sua atuação e como se estabeleceu a sua relação com o aluno.

Resposta:

6. Cite seus desafios quando se trata da relação com o aluno autista.

Resposta: Na minha opinião, falta tudo e quando digo isso falo na questão de apoio com os alunos em geral.

7. No seu município, há formações para os professores para desenvolverem trabalho educacional com crianças autistas?

Resposta: Não vejo esse tipo de formação para os professores, a não ser que sejam do AEE, mas que não é repassado para o grupo.

8. O que é inclusão escolar?

Resposta: Criar mecanismos para incluir a todos e quando eu digo isso falo com toda propriedade; a escola precisa se adequar aos alunos.

9. No que se refere às famílias dessas crianças, o que se pode dizer no sentido de participação?

Resposta: Infelizmente elas não querem assumir responsabilidade que tomem o tempo delas. Preferem largar a mão e fechar os olhos.

10. Tem formação em AEE ou alguma formação, que possa ajudá-lo com alunos autistas dentro da sala de aula?

Resposta: Não.

## Professor 10

1. Há quantos anos está trabalhando na área da educação?

- Até 3 anos
- 4 a 7 anos
- 8 a 11 anos
- 12 a 15 anos
- 16 a 19 anos
- mais de 20 anos

2. O que sabe sobre autismo?

Resposta: Sei que é um transtorno, não tem cura, mas podemos nos adequar a esses alunos.

3. Como definiria o seu grau de propriedade sobre o assunto?

Resposta: Procuo sempre estar estudando, gostaria de fazer isso mais vezes, mas ganhamos pouco e o financeiro não ajuda.

4. Cite algumas características da criança autista.

Resposta: Falta interação, no sentido que tem dificuldade em socialização com professores e os demais alunos. Tem dificuldade na fala; normalmente, eles demoram para falar.

5. Já teve aluno autista em sala de aula?

Resposta: Sim, com um grau leve, porém tinha laudo médico, mesmo sendo da creche já fazia acompanhamento com especialista.

5.1 Descreva a sua atuação e como se estabeleceu a sua relação com o aluno.

Resposta:

6. Cite seus desafios quando se trata da relação com o aluno autista.

Resposta: Infelizmente só podemos contar com nós mesmas. A escola por ser muito grande a professora do AEE não consegue ajudar em todas vezes. Então damos um jeito nós mesmas.

7. No seu município, há formações para os professores para desenvolverem trabalho educacional com crianças autistas?

Resposta: Não. É muito triste essa realidade, principalmente para os professores da creche. Luta que sempre estávamos levando em pauta para as discussões.

8. O que é inclusão escolar?

Resposta: Oportunizar a todos com igualdade, isso é incluir. Andar sem deixar ninguém para trás.

9. No que se refere às famílias dessas crianças, o que se pode dizer no sentido de participação?

Resposta: Não ajudam, preferem entrar na bolha e fingir que nada está acontecendo.

10. Tem formação em AEE ou alguma formação, que possa ajudá-lo com alunos autistas dentro da sala de aula?

Resposta: Sim.

## Professor 11

1. Há quantos anos está trabalhando na área da educação?

- Até 3 anos
- 4 a 7 anos
- 8 a 11 anos
- 12 a 15 anos
- 16 a 19 anos
- mais de 20 anos

2. O que sabe sobre autismo?

Resposta: É um transtorno, muitas vezes as pessoas confundem como sendo uma doença.

3. Como definiria o seu grau de propriedade sobre o assunto?

Resposta: Sei bastante coisa e procuro me inteirar fazendo cursos e formações.

4. Cite algumas características da criança autista.

Resposta: É um transtorno e sabemos que existem técnicas e profissionais para ajudar essas crianças, porém não tem cursos.

5. Já teve aluno autista em sala de aula?

Resposta: Sim.

5.1 Descreva a sua atuação e como se estabeleceu a sua relação com o aluno.

Resposta:

6. Cite seus desafios quando se trata da relação com o aluno autista.

Resposta: Infelizmente o professor na rede sempre dá um jeito para tudo. Faltam técnicos e profissionais suficientes para dar suporte nas escolas.

7. No seu município, há formações para os professores para desenvolverem trabalho educacional com crianças autistas?

Resposta: Não e sim. Não para todos os profissionais da rede, pois acredito que esse é um tema de interesse de toda a rede. E sim só para os professores da AEE.

8. O que é inclusão escolar?

Resposta: Incluir a todos, isso chamamos de equidade, diferente de igualdade e dificuldade.

9. No que se refere às famílias dessas crianças, o que se pode dizer no sentido de participação?

Resposta: Poucos se interessam, é mais fácil jogar a responsabilidade para escola. É triste essa realidade, porém verdadeira.

10. Tem formação em AEE ou alguma formação, que possa ajudá-lo com alunos autistas dentro da sala de aula?

Resposta: Sim.

## Professor 12

1. Há quantos anos está trabalhando na área da educação?

- Até 3 anos
- 4 a 7 anos
- 8 a 11 anos
- 12 a 15 anos
- 16 a 19 anos
- mais de 20 anos

2. O que sabe sobre autismo?

Resposta: Um transtorno que não tem cura, apenas tratamento.

3. Como definiria o seu grau de propriedade sobre o assunto?

Resposta: Não sei muito sobre o assunto, procurei me aprofundar em outras áreas.

4. Cite algumas características da criança autista.

Resposta: Antes da formação, dos debates e conversas, realmente não sabia discernir muito uma criança autista.

5. Já teve aluno autista em sala de aula?

Resposta: Sim, muitas dificuldades em lidar com essa criança.

5.1 Descreva a sua atuação e como se estabeleceu a sua relação com o aluno.

Resposta:

6. Cite seus desafios quando se trata da relação com o aluno autista.

Resposta: É por isso que nada nunca muda, a dinâmica da rede é sempre a mesma. Quem não sabe continua sem saber e quem sabe guarda só para si mesmo.

7. No seu município, há formações para os professores para desenvolverem trabalho educacional com crianças autistas?

Resposta: Não há, infelizmente. Os cursos oferecidos na rede fazem sorteios. Quem já foi uma vez não vai mais, vai outro que nunca foi.

8. O que é inclusão escolar?

Resposta: Oportunizar com equidade. E quando digo isso em equidade falo que é preciso oportunizar a todos, pensando sempre no sujeito em sua singularidade.

9. No que se refere às famílias dessas crianças, o que se pode dizer no sentido de participação?

Resposta: Algumas famílias se interessam, porém isso depende do assunto que vai ser abordado se for do interesse vão, se não infelizmente a escola/professora trabalham com o que dá.

10. Tem formação em AEE ou alguma formação, que possa ajudá-lo com alunos autistas dentro da sala de aula?

Resposta: Não.

### Professor 13

1. Há quantos anos está trabalhando na área da educação?

- Até 3 anos
- 4 a 7 anos
- 8 a 11 anos
- 12 a 15 anos
- 16 a 19 anos
- mais de 20 anos

2. O que sabe sobre autismo?

Resposta: Não sei falar sobre o assunto, pois o que aprendi foram algumas coisas na faculdade, que hoje em dia tem disciplinas obrigatórias sobre o assunto, mas muito superficial.

3. Como definiria o seu grau de propriedade sobre o assunto?

Resposta: Não sei muito sobre o assunto, diria que meu grau é zero, não tenho muito interesse pelo assunto.

4. Cite algumas características da criança autista.

Resposta: Chora muito, via indo na sala de uma colega da creche quando passávamos no corredor.

5. Já teve aluno autista em sala de aula?

Resposta: Não, faz pouco tempo que estou na área da educação.

5.1 Descreva a sua atuação e como se estabeleceu a sua relação com o aluno.

Resposta:

6. Cite seus desafios quando se trata da relação com o aluno autista.

Resposta: Tento fazer o melhor, mas a vida de um professor de creche aqui na rede é bem difícil, pois temos que fazer o pedagógico e trocar fraldas, então muitos momentos se perdem.

7. No seu município, há formações para os professores para desenvolverem trabalho educacional com crianças autistas?

Resposta: Não. É feito sorteio. Quem já foi não vai mais para oportunidades para que ainda não foi.

8. O que é inclusão escolar?

Resposta: Igualdade para todos, em todos os momentos inclusive na aprendizagem, no brincar. Cada um no seu tempo.

9. No que se refere às famílias dessas crianças, o que se pode dizer no sentido de participação?

Resposta: Desesperados, quando pensamos nessas famílias que não colaboram e não podemos contar com nenhuma delas.

10. Tem formação em AEE ou alguma formação, que possa ajudá-lo com alunos autistas dentro da sala de aula?

Resposta: Não.

## Professor 14

1. Há quantos anos está trabalhando na área da educação?

- Até 3 anos
- 4 a 7 anos
- 8 a 11 anos
- 12 a 15 anos
- 16 a 19 anos
- mais de 20 anos

2. O que sabe sobre autismo?

Resposta: Não me interessa sobre o assunto, porém gostei muito das formações feitas pela Solange e a profissional que ela trouxe para dar a palestra.

3. Como definiria o seu grau de propriedade sobre o assunto?

Resposta: Sei muito pouco sobre o assunto, pois não tenho muito interesse.

4. Cite algumas características da criança autista.

Resposta: O aluno autista é muito inteligente, porém percebo que o que temos aqui na creche da escola é muito chorão. Chora bastante, não fala, mas é carinhoso com as professoras.

5. Já teve aluno autista em sala de aula?

Resposta: Sim.

5.1 Descreva a sua atuação e como se estabeleceu a sua relação com o aluno.

Resposta:

6. Cite seus desafios quando se trata da relação com o aluno autista.

Resposta: Infelizmente sempre estamos sozinhas e contamos muitas vezes com ninguém. Triste, mas é nossa realidade.

7. No seu município, há formações para os professores para desenvolverem trabalho educacional com crianças autistas?

Resposta: Não. Infelizmente as formações para esse campo é só para as especialistas da área.

8. O que é inclusão escolar?

Resposta: Cidadania e autonomia. Acredito que quando digo isso quero dizer que se ajudamos essas crianças ao ponto de se tornarem cidadãos de bem e autônomos, contribuímos de fato com eles na busca de igualdade.

9. No que se refere às famílias dessas crianças, o que se pode dizer no sentido de participação?

Resposta: Antigamente era melhor, os pais eram mais presentes e participativos. Hoje as famílias estão mal estruturadas e as crianças sofrem muito com isso.

10. Tem formação em AEE ou alguma formação, que possa ajudá-lo com alunos autistas dentro da sala de aula?

Resposta: Não.

## Professor 15

1. Há quantos anos está trabalhando na área da educação?

- Até 3 anos
- 4 a 7 anos
- 8 a 11 anos
- 12 a 15 anos
- 16 a 19 anos
- mais de 20 anos

2. O que sabe sobre autismo?

Resposta: Infelizmente não sei dizer muito sobre o assunto.

3. Como definiria o seu grau de propriedade sobre o assunto?

Resposta: Sei algumas coisas sobre o assunto, muito pouco. Nas aulas da faculdade passam esses assuntos muito superficialmente.

4. Cite algumas características da criança autista.

Resposta: Tem muita dificuldade na fala, tem um aluno na creche que nem fala ainda.

5. Já teve aluno autista em sala de aula?

Resposta: Não. Nunca tive, porém se eu tive nem sei o que posso fazer para ajudá-lo.

5.1 Descreva a sua atuação e como se estabeleceu a sua relação com o aluno.

Resposta:

6. Cite seus desafios quando se trata da relação com o aluno autista.

Resposta: Compro material do meu próprio bolso. Na escola tem bastante material de papelaria, porém não é só isso que fazemos. Usar só papelaria, então para conseguir trabalhar com mais qualidade compro o que falta.

7. No seu município, há formações para os professores para desenvolverem trabalho educacional com crianças autistas?

Resposta: Não. Entrei faz um ano e não consegui fazer nenhum curso, fazem sorteio por período.

8. O que é inclusão escolar?

Resposta: Incluir a todos, e quando digo isso falo de todas as crianças no sentido de oportunizar igualdade, dignidade e empatia.

9. No que se refere às famílias dessas crianças, o que se pode dizer no sentido de participação?

Resposta: Estou desesperada nesse sentido, pois vemos que a realidade dessas famílias sem estrutura, onde jogam a responsabilidade que é da família para a escola. Então a escola fica com toda a responsabilidade, menos a dela.

10. Tem formação em AEE ou alguma formação, que possa ajudá-lo com alunos autistas dentro da sala de aula?

Resposta: Não.

## Professor 16

1. Há quantos anos está trabalhando na área da educação?

- Até 3 anos
- 4 a 7 anos
- 8 a 11 anos
- 12 a 15 anos
- 16 a 19 anos
- mais de 20 anos

2. O que sabe sobre autismo?

Resposta: Um transtorno, sem cura, porém o autismo tem seus graus.

3. Como definiria o seu grau de propriedade sobre o assunto?

Resposta: Preciso ler bastante, pois como sou professora de EMEF tenho que me virar sozinha muitas vezes, conto comigo.

4. Cite algumas características da criança autista.

Resposta: Dificuldade na socialização, as crianças autistas têm muita dificuldade em interagir com outras pessoas.

5. Já teve aluno autista em sala de aula?

Resposta: Sim.

5.1 Descreva a sua atuação e como se estabeleceu a sua relação com o aluno.

Resposta: Não tive muita dificuldade, pois as professoras do AEE sempre estão dispostas a ajudar, as meninas da inclusão fazem um excelente trabalho, porém também procuro fazer a minha parte e também leio bastante.

6. Cite seus desafios quando se trata da relação com o aluno autista.

Resposta: Falta formação no município, oferecer esses cursos em diferentes horários, inclusive aos sábados, já que na maioria das vezes dobramos horários.

7. No seu município, há formações para os professores para desenvolverem trabalho educacional com crianças autistas?

Resposta: Não. Quase não temos formação, principalmente nessa área. É oferecido só aos especialistas, e isso é uma pena já que poderíamos oferecer mais qualidade aos nossos alunos.

8. O que é inclusão escolar?

Resposta: Oportunizar a todos com equidade.

9. No que se refere às famílias dessas crianças, o que se pode dizer no sentido de participação?

Resposta: A grande minoria se importa e infelizmente é essa nossa realidade. A escola precisa ficar quase que implorando para as famílias participarem.

10. Tem formação em AEE ou alguma formação, que possa ajudá-lo com alunos autistas dentro da sala de aula?

Resposta: Sim.

## Professor 17

1. Há quantos anos está trabalhando na área da educação?

- Até 3 anos
- 4 a 7 anos
- 8 a 11 anos
- 12 a 15 anos
- 16 a 19 anos
- mais de 20 anos

2. O que sabe sobre autismo?

Resposta: Uma síndrome, não sabia muito bem antes das formações que tive nos HTPC.

3. Como definiria o seu grau de propriedade sobre o assunto?

Resposta: Posso dizer que sei mais ou menos, o que sei as professoras me ensinaram, outras foi na formação.

4. Cite algumas características da criança autista.

Resposta: Percebo que eles gritam muito, e tem movimentos repetitivos com as mãos.

5. Já teve aluno autista em sala de aula?

Resposta: Não, ainda não tive nenhum aluno autista, ou pelo menos se tive não eram laudados.

5.1 Descreva a sua atuação e como se estabeleceu a sua relação com o aluno.

Resposta:

6. Cite seus desafios quando se trata da relação com o aluno autista.

Resposta: Teoria é uma coisa, prática outra. Vivemos numa realidade muito triste, onde a educação sofre um retrocesso no sentido de qualidade social e humana.

7. No seu município, há formações para os professores para desenvolverem trabalho educacional com crianças autistas?

Resposta: Não. Só fazem cursos os professores sorteados uma vaga por curso, mas esses cursos não têm continuidade. O professor vai uma única vez.

8. O que é inclusão escolar?

Resposta: Cidadãos críticos e autônomos, pois acredito que se conseguirmos ajudá-los nesse sentido, já contribuimos bastante para outros aspectos.

9. No que se refere às famílias dessas crianças, o que se pode dizer no sentido de participação?

Resposta: Muitas poucas famílias, de uma sala aparecem meia dúzia de pais. Dessa meia dúzia, 3 querem ir embora rápido, então, infelizmente, não dá para contar com muitos pais e famílias.

10. Tem formação em AEE ou alguma formação, que possa ajudá-lo com alunos autistas dentro da sala de aula?

Resposta: Não.

## Professor 18

1. Há quantos anos está trabalhando na área da educação?

- Até 3 anos
- 4 a 7 anos
- 8 a 11 anos
- 12 a 15 anos
- 16 a 19 anos
- mais de 20 anos

2. O que sabe sobre autismo?

Resposta: Uma deficiência, tenho muitos anos de sala de aula, mas não tenho certeza.

3. Como definiria o seu grau de propriedade sobre o assunto?

Resposta: Não sei muito sobre o assunto, quero me aposentar logo. Por muitos anos fui ficando, mas agora está muito difícil a educação.

4. Cite algumas características da criança autista.

Resposta: Sempre tem alunos autistas na escola, é uma escola com muitas crianças com muitos tipos de deficiências, mas ano passado tinha um e percebia que chorava bastante e não falava nada.

5. Já teve aluno autista em sala de aula?

Resposta: Não, nunca tive, se tive não era laudado e nunca percebi qualquer diferença.

5.1 Descreva a sua atuação e como se estabeleceu a sua relação com o aluno.

Resposta:

6. Cite seus desafios quando se trata da relação com o aluno autista.

Resposta: Não temos uma política pública de qualidade, para mudar essa educação nesse país. Infelizmente, o governo não tem interesse nenhum em mudar.

7. No seu município, há formações para os professores para desenvolverem trabalho educacional com crianças autistas?

Resposta: Não. As formações para participar precisam ter o interesse e entre os interessados é feito um sorteio.

8. O que é inclusão escolar?

Resposta: Igualdade nas suas possibilidades. Cada ser humano tem suas dificuldades, suas singularidades e suas potencialidades.

9. No que se refere às famílias dessas crianças, o que se pode dizer no sentido de participação?

Resposta: Infelizmente não, quase não temos a participação dos pais. E parece que a escola faz tudo, mas nada faz o pai estar presente.

10. Tem formação em AEE ou alguma formação, que possa ajudá-lo com alunos autistas dentro da sala de aula?

Resposta: Não.

## Professor 19

1. Há quantos anos está trabalhando na área da educação?

- Até 3 anos
- 4 a 7 anos
- 8 a 11 anos
- 12 a 15 anos
- 16 a 19 anos
- mais de 20 anos

2. O que sabe sobre autismo?

Resposta: Um transtorno; aprendemos algumas coisas na faculdade.

3. Como definiria o seu grau de propriedade sobre o assunto?

Resposta: Nem mais nem menos, na faculdade temos algumas matérias obrigatórias.

4. Cite algumas características da criança autista.

Resposta: O aluno autista é muito inteligente, fala pouco ou às vezes nada.

5. Já teve aluno autista em sala de aula?

Resposta: Não, ainda não tive, mas já estou procurando uma faculdade nesse sentido para quando tiver fazer alguma coisa por eles.

5.1 Descreva a sua atuação e como se estabeleceu a sua relação com o aluno.

Resposta:

6. Cite seus desafios quando se trata da relação com o aluno autista.

Resposta: O nosso dia a dia é um pouco assustador, para mim tudo é muito novo, porém nos vemos sozinhos e desamparados.

7. No seu município, há formações para os professores para desenvolverem trabalho educacional com crianças autistas?

Resposta: Não. Ainda não consegui participar de nenhum curso.

8. O que é inclusão escolar?

Resposta: Oportunizar a todos com igualdade e qualidade.

9. No que se refere às famílias dessas crianças, o que se pode dizer no sentido de participação?

Resposta: Infelizmente não podemos contar com as famílias. Não são participativas e não tem interesse nenhum em fazer parte.

10. Tem formação em AEE ou alguma formação, que possa ajudá-lo com alunos autistas dentro da sala de aula?

Resposta: Não.

## Professor 20

1. Há quantos anos está trabalhando na área da educação?

- Até 3 anos
- 4 a 7 anos
- 8 a 11 anos
- 12 a 15 anos
- 16 a 19 anos
- mais de 20 anos

2. O que sabe sobre autismo?

Resposta: Uma deficiência, não sei direito, na faculdade vemos muito por cima sobre o assunto.

3. Como definiria o seu grau de propriedade sobre o assunto?

Resposta: Infelizmente não sei responder, mas vou procurar uma faculdade nessa área para me ajudar futuramente.

4. Cite algumas características da criança autista.

Resposta: Como disse, infelizmente sei muito pouco sobre o assunto, não sei dizer, mas vou procurar uma especialização.

5. Já teve aluno autista em sala de aula?

Resposta: Não, ainda não tive, mas estou com medo, pois não sei nem como lidar com eles.

5.1 Descreva a sua atuação e como se estabeleceu a sua relação com o aluno.

Resposta:

6. Cite seus desafios quando se trata da relação com o aluno autista.

Resposta: Estamos muito à deriva no sentido que o governo não faz nem o mínimo de nos oferecer cursos de qualidade.

7. No seu município, há formações para os professores para desenvolverem trabalho educacional com crianças autistas?

Resposta: Não há. Existem sorteios nunca vai a mesma pessoa, então não há continuidade.

8. O que é inclusão escolar?

Resposta: Incluir a todos. Não é o aluno que precisa se incluir na escola e sim a escola que precisa incluir (se adequar) ao aluno.

9. No que se refere às famílias dessas crianças, o que se pode dizer no sentido de participação?

Resposta: Não temos participação dos pais, em reunião de pais quase não aparecem, às vezes por convocação.

10. Tem formação em AEE ou alguma formação, que possa ajudá-lo com alunos autistas dentro da sala de aula?

Resposta: Não.